

# 1

## INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

*Andrea Lapa*



# **Introdução à Educação a Distância**





UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA

**BIOLOGIA**  
licenciatura a distância

# Introdução à Educação a Distância

*Andrea Lapa*



Ministério da  
**Educação**



UFSC/EaD/CED/CCB  
Florianópolis, 2014

## **Governo Federal**

**Presidenta da República:** Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Educação:** José Henrique Paim

**Diretor de Educação a Distância/CAPE:** João Carlos Teatini

## **Universidade Federal de Santa Catarina**

**Reitora:** Roselane Neckel

**Vice-Reitora:** Lúcia Helena Martins Pacheco

**Núcleo UAB/UFSC:** Sônia Maria Silva Corrêa de Souza Cruz

**Pró-Reitoria de Graduação:** Roselane Fátima Campos

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação:** Joana Maria Pedro

**Pró-Reitoria de Pesquisa:** Jamil Assereuy Filho

**Pró-Reitoria de Extensão:** Edison da Rosa

**Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento:** Beatriz Augusto de Paiva

**Pró-Reitoria de Administração:** Antônio Carlos Montezuma Brito

**Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:** Lauro Francisco Mattei

**Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional:** Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender

**Secretaria de Cultura:** Paulo Ricardo Berton

**Secretaria Especial de Gestão de Pessoas:** Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio

**Secretaria de Relações Internacionais:** Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho

**Centro de Ciências da Educação:** Nestor Manoel Habkost

**Centro de Ciências Biológicas:** Sonia Gonçalves Carobrez

## **Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na Modalidade a Distância**

**Diretora Unidade de Ensino:** Sonia Gonçalves Carobrez

**Coordenador de curso:** Viviane Mara Woehl

**Coordenador de Tutoria:** Leila da Graça Amaral

**Coordenação Pedagógica:** LANTEC/CED

**Coordenação de Ambiente Virtual:** Michel Kramer Borges de Macedo

**Comissão Editorial** Viviane Mara Woehl, Alexandre Verzani Nogueira

## **Projeto Gráfico Material impresso e on-line**

**Coordenação** Prof. Haenz Gutierrez Quintana

**Equipe** Henrique Eduardo Carneiro da Cunha, Juliana Chuan Lu, Laís Barbosa, Ricardo Goulart Tredezini Straioto

## **Equipe de Desenvolvimento de Materiais**

**Laboratório de Novas Tecnologias – LANTEC/CED**

**Coordenação Pedagógica das Licenciaturas a Distância** UFSC/CED/CFM

**Coordenação Geral** Marina Bazzo de Espíndola

**Vice-Coordenação** Carla Cristina Dutra Búrigo

**Coordenação de Formação** Carla Cristina Dutra Búrigo

**Coordenação de Desenvolvimento de Materiais**

**Impressos e Multimídias** Marina Bazzo de Espíndola

**Coordenação de Avaliação** Zenilde Durlí

## **Material Impresso e Hiperímídia**

**Supervisão** Cíntia Cardoso

**Adaptação do Projeto Gráfico** Laura Martins Rodrigues, Thiago Rocha Oliveira

**Diagramação** Douglas Abelino, Robson Fernandes, Tania Lobo

**Ilustração** Lucas Filappi

**Tratamento de Imagem** Lara Lobo

**Capa** Cidiane Guisso

## **Design Instrucional**

**Supervisão** Sila Marisa de Oliveira

**Design Instrucional** Mariana Coutinho Hennemann

**Revisão gramatical** Jaqueline Tartari

Copyright © 2014 Universidade Federal de Santa Catarina. Biologia/EaD/UFSC  
*Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada sem a prévia autorização, por escrito, da Universidade Federal de Santa Catarina.*

L299i

Lapa, Andrea.

Introdução à educação a distância/Andrea

Lapa. - Florianópolis: UFSC/EaD/CED/CFM, 2014. 84p. : il., tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-61485-49-8

1. Ensino a distância 2. Tecnologia educacional. I. Título

CDU 37.018.43

Catálogo na fonte elaborada na DECTI da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>07</b>
<b>Capítulo 1 - A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) ...</b>	<b>09</b>
<b>Capítulo 2 - As Mudanças na Educação .....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 3 - Mídia-Educação .....</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 4 - TIC na Formação de Professores .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo 5 - A Educação a Distância (EaD) .....</b>	<b>33</b>
5.1 Características da EaD.....	49
5.1.1 Separados no tempo e no espaço .....	49
5.1.2 A dependência das tecnologias da comunicação na EaD .....	51
5.1.3 A autonomia do estudante .....	51
<b>Capítulo 6 - A Comunicação na Educação a Distância .....</b>	<b>55</b>
<b>Capítulo 7 - A Organização do Estudo .....</b>	<b>65</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>74</b>
<b>Referências .....</b>	<b>75</b>





# Apresentação

Consideramos como Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) as seguintes mídias: televisão e suas variantes (videocassete, DVD, antena aberta, por assinatura), jogos de vídeo (video games) e de computador, máquinas fotográficas e filmadoras de vídeo, Ipods, MP3, telefones celulares e redes telemáticas. Quando dizemos “mídias de massa”, nos referimos, principalmente, à televisão e ao rádio.

Você já observou como as tecnologias estão cada vez mais presentes em nossas vidas? Os usos das tecnologias de informação e comunicação, potencializados pelas redes telemáticas, não substituem, mas se acrescentam ao já “naturalizado” uso da televisão e do rádio. Grande parte das crianças e dos adolescentes tem consciência dessa importância e consideram que aprendem muito com as **Tecnologias de Informação e Comunicação**, além de se divertirem. Em muitas pesquisas e experiências com crianças e adolescentes foi possível notar que a maioria deles/delas enfatiza o fato de que com as TIC “a gente pode aprender tudo e aprender se divertindo!” (BELLONI; GOMES, 2008).

Paradigma é a representação de um modelo ou padrão a ser seguido. É um pressuposto filosófico, matriz, ou teoria que é concebido como modelo (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Paradigma>). A noção proposta por Thomas Kuhn afirma que paradigma trata de uma “constelação de crenças comungadas por um grupo” e significa o conjunto de teorias, valores e técnicas de uma comunidade científica, como uma “tradição paradigmática” em que a mudança acontece como uma repentina conversão que depende de várias razões, inclusive extra-científicas (ABBAGNANO, 2007, p. 864)

A grande penetração dos meios tecnológicos na vida cotidiana provoca uma quebra de **paradigmas** e promove mudanças profundas em importantes processos sociais, como a educação. Hoje, conhecer e saber usar um novo recurso tecnológico significa acesso, difusão e produção de conhecimento. Contudo, não podemos deixar de considerar que o acesso desigual às novas mídias tende a agravar as já graves desigualdades sociais e regionais, especialmente em países como o Brasil. Mais do que conhecer as tecnologias da informação e comunicação e saber usá-las como instrumento de ensino e aprendizagem, é preciso buscar uma apropriação consciente e criativa desses meios. Essa nova dimensão vai além do uso dos novos recursos como meio de uma nova pedagogia e caminha na direção de valorizar uma educação para os meios. É preciso uma educação que promova uma formação crítica através das mídias, mas também para as mídias.

Esta disciplina pretende analisar a educação a distância como uma nova possibilidade de educação que acontece através da mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação não a vendo apenas como um modo diferente de ensinar e aprender, mas como uma aprendizagem necessária para a atuação dos indivíduos no mundo contemporâneo já transformado pelas tecnologias.

**Andrea Lapa**





## A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)





## 1. A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)

Você já deve ter notado que há um discurso comum que cita as novas tecnologias como a marca de uma nova revolução. É possível percebermos que o mundo tem sido atravessado por inovações que conduzem ao estabelecimento de um novo contexto econômico, social e cultural. Tais transformações acontecem com tamanha rapidez que têm quebrado as antigas estruturas que orientavam, até então, as formas de vida e, principalmente, de relação das pessoas com o mundo e com as outras pessoas. Uma diferença apontada sobre essa revolução seria a sua *penetrabilidade*, isto é, o relativo grau de sua penetração em todos os domínios da atividade humana (CASTELLS, 2003).

Diante desse contexto de mudança, a inovação tecnológica é responsabilizada pela quebra de paradigmas. Essa leitura dos acontecimentos contemporâneos serve bem à construção de uma abordagem tecnológica na qual seus teóricos defendem a inevitabilidade de uma vida digital. Para eles, não há como resistir às mudanças e quem não estiver dentro dessa nova ordem verá a sua própria ruína (NEGROPONTE, 1995; GATES, 1995).

A nossa sociedade, segundo essa visão, não teria alternativa se não aceitar o impacto das mudanças provocadas pela inovação tecnológica e precisaria, sim, adequar-se. De certa forma, esse discurso também é atrativo para as pessoas. Você sabe por quê? Porque apresenta a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) como uma solução rápida e fácil para complexos problemas históricos.

Como se bastassem a aquisição e o uso de novos instrumentos para que ocorresse a esperada mudança na sociedade, embora não haja um consenso sobre que tipo de mudança seria essa. **Por exemplo, bastaria o uso de novas tecnologias para que houvesse uma nova educação?**

Contudo, aceitar as mudanças e adaptar-se a elas não é tão simples quanto parece. Ao mesmo tempo em que as TIC frequentam o nosso imaginário associando-se àquilo que é moderno, rápido e eficiente, por outro lado elas causam medo por estimularem mudanças tão profundas e velozes que temos dificuldades em compreender e lidar com elas. Quantas vezes nós nos sentimos deslocados, confusos, ameaçados em frente à necessidade de mudança, pois não sabemos como, por que e para onde ela nos levará. Essas são algumas das razões pelas quais tantas pessoas resistem à novidade na esperança de manter aquilo que acreditam e com o que estão acostumadas, uma tentativa de segurar o fluxo das transformações que assolam suas próprias vidas. Mas será que isso é possível?

Apesar de a abordagem tecnológica ser o discurso dominante, há sérias críticas de defensores de abordagens mais humanistas que a acusam de um **determinismo tecnológico**. Alguns de seus teóricos como Marshall McLuhan, Neil Postman e Alvin Toffler argumentam que a abordagem tecnológica reduz a questão sem problematizá-la porque estaria concentrada apenas nas descrições das capacidades da tecnologia, sem conseguir medir e analisar os usos qualitativos que a sociedade tem feito desses novos aparatos. Ainda, que seria possível pensar que existe um caminho alternativo entre adotar inconscientemente todas as mudanças requeridas de um lado e negar a entrada das tecnologias resistindo à sua incorporação. Portanto, haveria ainda uma outra forma de entender essa revolução se nos concentrássemos na capacidade dos homens de definir os fins e os usos da tecnologia para melhorar as próprias condições de vida.

Essa abordagem nos alerta que ao priorizarmos nas nossas análises a potencialidade do recurso tecnológico, favorecemos o enfrentamento de um primeiro perigo: o das pessoas não assumirem seu lugar de protagonistas dos processos sociais em curso, cabendo a elas, apenas, a opção por aceitar ou não as condições impostas pela tecnologia. Tais teorias querem dizer que estaríamos abrindo mão

*O determinismo tecnológico é considerado, hoje, a mais conhecida teoria sobre a relação TECNOLOGIA X SOCIEDADE, sua explicação está fundamentada nos fenômenos sociais e históricos relacionados com a tecnologia. Para aprofundar seus conhecimentos a respeito do assunto leia em: DE LIMA, Karina Medeiros. Determinismo Tecnológico. INTERCOM/ Set de 2001 - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <[http://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/determinismo.pdf](http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/determinismo.pdf)> Acesso em: 03 jun. 2008.*

muito rapidamente do nosso papel de autores e sujeitos da ação, que no caso se trata da apropriação da tecnologia contemporânea.

O discurso que valoriza a tecnologia em detrimento da ação dos homens também costuma colocar em lados opostos a sociedade e a tecnologia. Isto nos leva a enfrentar um outro perigo: o de não entender a tecnologia como uma criação da sociedade e, portanto, parte constitutiva dela mesma. Tanto a sociedade já está atravessada pelas novas tecnologias em seus usos e práticas, como as tecnologias têm valores sociais impressos nelas desde a sua invenção, programação e configuração.

O pensamento comum da oposição entre homem e máquina constrói a inércia nos homens, pois retira das pessoas o protagonismo, o seu entendimento como sujeito que pode dominar e apropriar-se crítica e criativamente da ferramenta tecnológica para conquistar seus próprios objetivos.

Você já percebeu que a tecnologia está em todo lugar? Além disso, ela não pode ser considerada simplesmente “a máquina”. Segundo Vani Kenski, ela é: “o conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (KENSKI, 2003, p. 18).

A faca, o lápis, o sabonete, o telefone, o computador seriam exemplos de tecnologias criadas pelo homem. A maneira como utilizamos cada ferramenta para realizar determinada ação é definida como **técnica** e refere-se ao jeito ou habilidade especial de lidar com cada tipo de tecnologia. Em cada época, destinamos novos usos às ferramentas e às técnicas e esse conjunto é o que define a tecnologia.

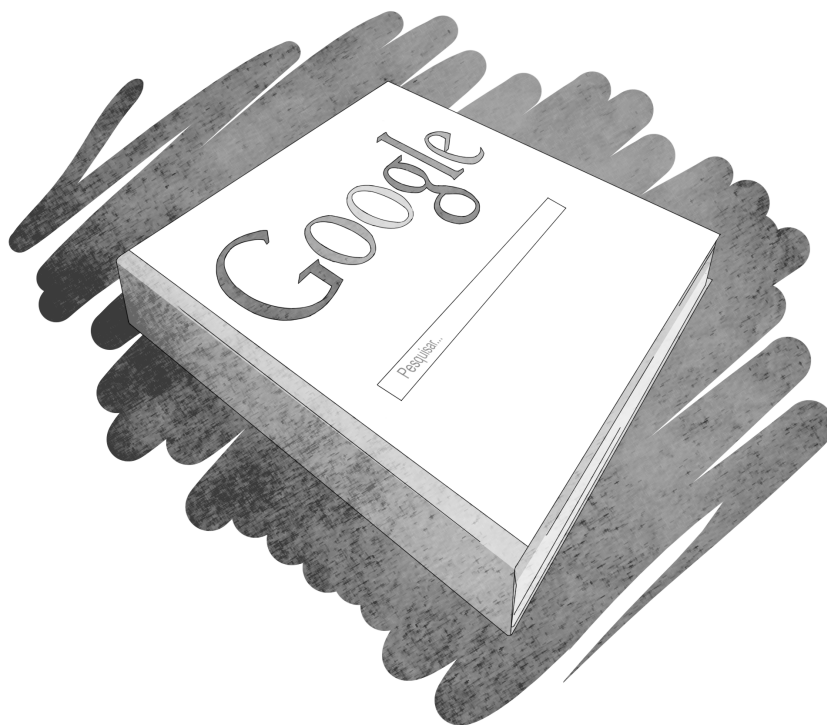
Assim, as tecnologias, ao mesmo tempo em que são produtos sociais, transformam nossas maneiras de pensar, sentir e agir. Mudam nossas formas de comunicação, de relacionamento social, de aprendizagem. Já não é mais possível, no mundo contemporâneo, separar nossas ações das ferramentas tecnológicas e nossa habilidade de usá-las. Se pensarmos a técnica a partir de seu contexto social, podemos concluir que a situação é mais

complexa: a sociedade sendo determinada pela técnica, mas também a técnica sendo determinada pelo contexto social.

Portanto, ao mesmo tempo em que não podemos “culpar” as tecnologias pelos usos que destinamos a elas, também não podemos pressupor que elas são neutras (nem boas nem más) porque trazem consigo ideologias que estiveram presentes desde a sua invenção. Seria preferível pensar como Andréa Ramal (2002), que norteia sua análise sobre as mudanças nas formas de pensar e de aprender a partir do conceito de **condições de possibilidade** de Pierre Lévy (1993). Isto é, entender que os instrumentos não chegam a determinar as mudanças, mas criam as condições de possibilidade que poderão ser potencializadas ou negligenciadas pela nossa sociedade.

Ao buscar formas de apropriação crítica das TIC, seria prudente identificar e ter consciência das determinações que estão impressas nas tecnologias. Mas, também, levar em consideração que o futuro não está determinado, em absoluto, porque há um fator não controlado no processo: a nossa própria ação sobre e com as tecnologias.

## As Mudanças na Educação







## 2. As Mudanças na Educação

Está certo que as novas formas de comunicação e interação social propiciadas pelas TIC colocaram em dúvida as antigas práticas sociais e possibilitaram novas formas de viver, trabalhar, se relacionar, estudar. Alguns pensadores críticos dedicaram-se a estudar a questão dos efeitos da apropriação da tecnologia pela sociedade. Vamos ver, a seguir, algumas mudanças que ocorreram nas formas de ensinar e aprender quando a educação procurou incorporar as tecnologias de informação e comunicação em suas práticas.

Você já observou que hoje aumentou a demanda por educação? Pois é, hoje já não basta que uma pessoa estude e adquira uma competência no ensino formal, isso já não será garantia de emprego, muito menos no futuro. Se anteriormente o bom trabalhador era aquele que conhecia mais conteúdos, hoje esta situação mudou: mais importante é saber onde buscar a informação, como usá-la para resolver problemas, relacionar conhecimentos, trabalhar cooperativamente.

Hoje, ao visitar um médico, já levo os resultados dos exames que fiz e busquei pelo serviço on-line do laboratório. Já posso fazer também uma pesquisa sobre a minha doença e possíveis tratamentos. Vou informada à consulta, e a minha pergunta para o médico não é mais “o que eu tenho, doutor?”, mas “Afim, qual é a sua recomendação? Como eu lido com a minha doença?”

Hoje, ao fazerem uma pesquisa escolar, as crianças não precisam mais se limitar à consulta de enciclopédias nas bibliotecas. Através de um computador conectado à internet, as crianças já têm um acesso quase ilimitado à informação, que chega à sala de aula fora do controle do professor. A pergunta passa a ser o que fazer com toda essa informação...

Essa mudança nos rumos da sociedade exige um novo perfil de educação. A escola não pode parar no tempo, ignorando que a demanda por trabalhadores já não é a mesma e que é preciso uma formação diferente dos seus indivíduos. A sociedade passa a requerer uma educação que forme indivíduos criativos, capazes de entender e relacionar conhecimentos, assumir responsabilidades e trabalhar em equipes cooperativas, também que tenham capacidades para autoaprendizagem, resolução de problemas, adaptabilidade e flexibilidade diante de novas tarefas. Mas a escola parece não estar formando este indivíduo...

Essas competências demandam profundas transformações no sistema de ensino. Principalmente que ele não esteja mais baseado na transmissão de saberes prontos, mas que se fundamente na comunicação, na troca e na criação. Como características desse novo sistema de ensino haveria o intercâmbio, a veiculação, a troca criativa de saberes e de concepções a respeito da vida no mundo em que vivem professores e alunos. Fazer a educação mudar de uma ênfase na transmissão de informação para uma criação ativa de conhecimento (BELLONI, 2001).

Neste sentido, é importante reconhecer que a tecnologia pode melhorar a qualidade da educação. O papel das mídias nos processos de socialização — nos quais a criança e o jovem devem ser considerados como sujeitos e não como meros objetos da ação das instituições sociais — é fundamental. Como? De fato, a mudança na educação que apontamos anteriormente não depende do uso ou não da tecnologia, mas, por outro lado, não podemos ignorar que a chegada da tecnologia nos processos educativos quebra paradigmas e provoca transformações que deixam em aberto um caminho por construir. Seria uma oportunidade de aproveitar a potencialidade das tecnologias da informação e comunicação, principalmente no que se refere às possibilidades de comunicação e interação, para promover a mudança para uma educação de melhor qualidade.

Alguns autores, como Moore (2007), comparam este período ao da Revolução **Copernicana** para descrever o momento de mudança de paradigma na educação. Seria uma nova maneira de compreender o universo educacional em que todos estarão presentes, mas assumindo outros papéis. Também ilustram a dimensão do

Em 1514, Nicolau Copérnico iniciou a divulgação da teoria heliocêntrica, isto é, que os planetas giravam ao redor do Sol e não da Terra, como afirmava a teoria geocêntrica vigente na época. A teoria de Copérnico afetou a antiga hierarquia social, teológica e científica quebrando paradigmas. No entanto, ela estaria assegurada apenas trinta anos mais tarde com os estudos de Galileu Galilei, e tal fato rendeu-lhe problemas com a Inquisição <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolução\\_copernicana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolução_copernicana).

impacto que um deslocamento do professor do centro desse universo educacional causaria em nossa sociedade: as resistências à mudança e as dificuldades de promover uma nova configuração nos espaços de ensino, entre outras coisas.

Se no ensino tradicional a autoridade e a importância do professor estavam baseadas no seu acúmulo de saberes, que seria transmitido para o aluno quase sempre através da sua exposição oral, na atualidade, com esse acesso abundante às informações, seu papel muda. O professor passa a ser um parceiro no processo contínuo de aprendizagem que vai orientar o aluno sobre como **aprender a aprender**, como lidar com a informação, como construir conhecimento, como criar a partir dele, como recriar seu próprio contexto.

A educação que se requer agora não é mais informativa, mas uma que forme habilidades mais permanentes, principalmente a do aprender para toda a vida. Os conteúdos ensinados e aprendidos deixam de ser o objetivo da educação para ser o meio pelo qual professor e aluno vão ensaiar e treinar como aprender para sempre.

Muda também o aluno, que não pode mais ter um papel passivo de receptor de conteúdos e saberes. Ele deve ser sujeito ativo, responsável pela busca do conhecimento e sua aprendizagem. Não deve mais esperar que o professor apresente os conteúdos que ele “tem que saber”, mas deve ter uma postura ativa na busca do conhecimento em parceria com o professor, através das propostas didáticas que lhe serão apresentadas. Deve procurar escapar do hábito de repetir saberes, e, em lugar disso, procurar problematizar conteúdos expressando concepções próprias, trocando ideias através da interação com outras pessoas, aprendendo cooperativamente.

E qual seria a importância das TIC nessa escola diferente? Elas têm dupla importância: como objeto de estudo e como ferramenta pedagógica a serviço de uma pedagogia renovada. Essa é a proposta da mídia-educação, que aprofundaremos a seguir.

*Aprender a aprender é um dos quatro pilares da educação, conforme Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (Brasília, 2010). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>*



## Mídia-Educação





### 3. Mídia-Educação

Embora continuem a existir fortes resistências ativas no campo da educação, já não se pode mais negar, nem mesmo neste campo, a importância das mídias nos processos de socialização e, portanto, na educação das novas gerações. As mídias constituem hoje fatores decisivos do desenvolvimento cultural e educativo, sendo, pois, imprescindível que estejam integradas aos processos educativos em todos os níveis. O educador é, antes de mais nada, um comunicador: todo ato educativo é um ato comunicacional, uma troca, uma relação intersubjetiva na qual intervém, como meios, todas as técnicas de comunicação que a humanidade criou, desde a linguagem verbal até a mais recente das TIC. A razão principal da urgência em integrar as TIC às práticas educacionais é que elas já estão integradas à vida cotidiana de alunos, crianças, adolescentes e adultos e que, neste sentido, a escola acumulou atrasos que é preciso recuperar (BELLONI, 2010).

Dentre as mudanças sociais mais importantes nas sociedades contemporâneas, cabe ressaltar o incrível progresso das tecnologias de informação e comunicação (TIC), parte de um fenômeno mais amplo que se pode definir como uma tecnificação intensa da vida humana. As grandes transformações sociais, em particular a compressão do tempo e do espaço, amplificada pelo incrível desenvolvimento das TIC, engendram novos ritmos de trabalho e de vida e criam novos ambientes e novos instrumentos



(de trabalho e de aprendizagem), bem como novas linguagens ou formas de expressão, que será necessário integrar à educação em todos os seus níveis.

Os meios técnicos podem funcionar, então, como ferramentas a serviço da inovação pedagógica e didática, com o objetivo de formar estudantes e professores como utilizadores críticos, competentes e criativos, capazes de utilizar as TIC (ou mídias) como ferramentas pedagógicas e de (auto)aprendizagem.

Porém, podemos perceber que os profissionais da educação básica estão pouco preparados para lidar com estes desafios. Há uma defasagem crescente entre sua formação inicial e os mundos sociais e culturais de crianças e adolescentes do século XXI. Em virtude disso, é urgente preparar os professores para que sejam capazes de integrar as novas mídias ao ensino escolar. Não se trata apenas de “instrumentalizar” o professor para usar TIC, mas de prepará-lo para **formar cidadãos capazes de serem usuários competentes, críticos, criativos e participativos, começando por sua própria formação.**

É o que defende Belloni, especialmente quando diz que:

*Assim como a alfabetização passa a ser um direito do cidadão na modernidade e corresponde à difusão da imprensa, a formação do cidadão do século XXI deve incluir, necessariamente, uma ‘alfabetização técnica’, e ir além dela, buscando a formação integral, que abrange tanto os aspectos éticos dos conteúdos e temas como os aspectos estéticos das ‘regras da arte’ de cada suporte tecnológico, incluindo o conhecimento de suas potencialidades pedagógicas (2002, p. 34).*

Dessa forma, não basta promover um conhecimento sobre os meios (suas mensagens, suas intenções por trás das mensagens), mas promover um conhecimento dos meios (o que ela chama de “regras da arte”, isto é, os aspectos operacionais) que permitirão que as pessoas não só os recebam criticamente, mas também, e principalmente, utilizem-nos como meios de emancipação.

Uma formação para a reflexão, criação e expressão em todas as linguagens e usando todos os meios técnicos disponíveis deveria ser um objetivo de qualquer sistema de ensino. Essa dimensão da

educação amplia a responsabilidade das escolas, principalmente das escolas públicas, com o intuito de promover um acesso igualitário aos estudos dos meios e através deles para evitar o agravamento das grandes desigualdades sociais e regionais do nosso país.

Você pode observar que falamos aqui de uma apropriação mais ampla das tecnologias da informação e comunicação nos sistemas educativos. Em muitos casos, a entrada das TIC nas escolas, por exemplo, fica restrita a capacitações técnicas que preparam o aluno para o mercado de trabalho. Na dimensão de que falamos anteriormente, de uma educação sobre os meios, para os meios e através dos meios, é preciso transcender uma visão limitada das TIC na educação como um objetivo meramente instrumental. A formação de que falamos passa a ser condição de uma educação para a cidadania, pois visa à democratização de oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, à redução de desigualdades sociais.

Observando a evolução dos interesses e das preocupações de pesquisadores, educadores e comunicadores da área da mídia-educação, Belloni nos conduz a perceber uma mudança de foco que se manifesta na passagem de uma abordagem mais moralista e normativa (“Como defender as crianças do impacto negativo das mídias?”) para uma formulação mais ampla: “Como a educação deve integrar estas mídias e utilizá-las como ferramentas pedagógicas na formação da **cidadania?**”. Esta abordagem do problema representa um significativo avanço, no sentido de incluir não apenas o conhecimento necessário para a ação, mas de contemplar também os aspectos construtivos (“ativos” do ponto de vista da aprendizagem e da construção do conhecimento) e técnicos da comunicação. Isso significa ir além da análise dos conteúdos das mensagens e buscar esclarecer as relações estruturais que organizam as mensagens (como mercadoria) e sua distribuição. Além disso, e o que é fundamental, esta nova formulação recoloca no centro da polêmica um agente essencial: a escola, cuja função especializada de socialização exige a incorporação de todos os meios técnicos de expressão e comunicação (BELLONI, 2002).

*A cidadania é objeto de estudo por parte da sociologia e também da filosofia política e está ligada à liberdade e à justiça. Mas para além da compreensão de direitos e deveres que garantam a democracia em uma comunidade política, acepções contemporâneas como a de Habermas salientam o exercício efetivo dos direitos civis para que cidadãos tomem parte ativa nos processos deliberativos sobre os direitos políticos e sociais (ABBAGNANO, 2007, p. 156/157)*

Educar para as mídias define bem uma nova necessidade de ensinar as mídias e com elas, fazer delas objetos de estudo ao mesmo tempo em que são instrumentos de comunicação e educação. Essa

dupla dimensão de apropriação de qualquer TIC é indispensável e é parte integrante da formação da cidadania e, portanto, dever da instituição escolar. Assim, é a perspectiva da proposta pedagógica da mídia-educação (BELLONI; BÉVORT, 2009).

Nesse sentido, a mídia-educação implica que a escola deva integrar as mídias, TIC, respeitando essa dupla dimensão, ou seja, ao mesmo tempo como ferramenta pedagógica a serviço de uma pedagogia renovada, e como objeto de estudo multifacetado, extremamente adequado para tratar de qualquer “tema transversal” (BELLONI, 2001a).

Diante do exposto, a educação a distância (EaD) surge como uma alternativa adequada de formação de professores pois, ao utilizar as TIC como ferramentas de aprendizagem, em situação de autodidaxia, os futuros professores aprendem a lidar com elas de modo competente e criativo, assegurando a integração delas em suas práticas pedagógicas na educação básica.

A EaD integra as TIC e se fundamenta na autonomia do estudante e no trabalho colaborativo. Então o professor formado em EaD pode: conhecer e dominar a operação das TIC; ser um usuário competente, crítico e criativo; e ser capaz de ensinar as TIC e com elas. Estará assim mais sintonizado com as culturas jovens e mais preparado para lidar com elas.

Acreditamos que este momento da sua formação será uma oportunidade para você se aprofundar um pouco no tema. Como um estudante na modalidade a distância, isto é, conhecendo e usando as TIC como ferramenta de aprendizagem, você vai vivenciar o estudo, a interação, a colaboração em espaços de aprendizagem mediados pela tecnologia e poderá refletir sobre a potencialidade de seu uso na prática.

Convidamos você, primeiramente, a refletir sobre as mídias na formação de professores.

## TIC na Formação de Professores





## 4. TIC na Formação de Professores

Atualmente, enfrentamos um duplo dilema que é o de encarar não apenas a necessidade de expansão do ensino superior, mas a defasagem da formação de professores. Nesse sentido, a EaD apresenta-se também como uma modalidade atrativa, pois é favorável à formação de profissionais em serviço. A instituição de ensino superior pode expandir seus muros e chegar até a escola para a formação de professores, estando eles na prática e na sua própria localidade. Evitar os deslocamentos e afastamentos traz muitas vantagens que não se limitam à manutenção do professor no trabalho (o que pode ser capcioso quando favorece o sobretrabalho, tema abordado por Lapa e Pretto, 2010). A tão desejada aproximação entre teoria e prática pode ser colocada em exercício em uma formação de professores (inicial e continuada) que se dá para além da preparação para ser professor, mas na prática do professor (BELLONI; LAPA, 2012).

Nessa perspectiva, as instituições que trabalham com a formação de professores pela EaD têm uma dupla responsabilidade, pois fazem formação de educadores que irão trabalhar com as novas gerações “nativas” das TIC. Então, a mídia-educação, como metodologia de uso pedagógico das TIC, passa a ser crucial justamente na formação de professores, cuja política aqui e agora está baseada na EaD.

A principal contradição encontrada é que as Instituições de Ensino Superior (IES) responsáveis pela formação de professores não estão preparadas para enfrentar este duplo desafio: fazer EaD

com mídia-educação e integrar as TIC no processo de “**ensinagem**” (a distância e/ou em presença). E se descolam da realidade, porque os processos de aprendizagem estão afastados da incorporação das TIC que as crianças, os jovens e os adultos já fazem fora da escola e à sua revelia.

Para tal, consideramos a educação como um campo estratégico de ação, que poderia servir tanto para a reprodução do sistema capitalista, como para a busca de alternativas a ele. Por conseguinte, temos o propósito de realizar neste estudo a busca de uma reflexão sobre alternativas de apropriação das TIC em uma educação para a transformação social. Ela quer estar comprometida com um projeto emancipatório através da viabilização de uma formação crítica pela EaD, tanto em sua capacidade de reflexão crítica como em suas formas de ação política. E ela quer estar oposta ao uso das TIC para reproduzir uma “**educação bancária**”, dita apolítica, que visa à transmissão de conteúdos e à formação de indivíduos autômatos, consumidores de conhecimentos oferecidos de maneira mais performática através das mídias contemporâneas.

Todavia, diante da transformação do mundo e das pessoas que têm sido catalisadas pelo surgimento e difusão de novas tecnologias, o campo educacional parece se retrair ainda mais. Por vários motivos, seja pelo medo da mudança, seja pelo preconceito, seja pela falta de formação ou de referências positivas. Os professores encontram-se confrontados em seu espaço de trabalho: por colegas mais novos, por políticas públicas que despejam “máquinas” e “cursos de especialização” na escola, pelos próprios alunos. E, muito provavelmente, sentem-se perdidos por não saber como construir uma ponte segura entre a sua atuação (e as teorias que a embasam) para uma prática com TIC. Reforça-se, assim, a importância desta reflexão na formação de professores, pois eles precisam lidar com esta condição para garantir, com as TIC e através delas, os mesmos princípios e valores humanos e sociais defendidos na educação desde antes da difusão das TIC.

Independente da razão pela qual continua a se consolidar o afastamento das práticas educativas, o que não se pode mais ignorar é que vivemos hoje em um novo contexto, que inclui as TIC. Já são outras formas de perceber o mundo, de compreendê-lo e de enunciá-lo,

*Termo cunhado por Anastasiou (1998) que se refere a uma parceria deliberada e consciente entre professor e aluno em busca da construção do conhecimento e que envolve “tanto a ação de ensinar quanto a de aprender” (ANASTASIOU, 2007, p. 20).*

*Paulo Freire criticou a educação presencial tradicional dizendo que ela oferece uma educação bancária, pois ela se resumiria ao ato do educador, reconhecido como o detentor do saber, de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos. Essa doação dos sábios para os ignorantes seria a manifestação instrumental da ideologia da opressão, que coloca a educação a serviço da desumanização que visa à transmissão de conteúdos e à formação de indivíduos autômatos (Freire, 1987).*

que são elaboradas e difundidas através dos meios de comunicação. Enquanto crescem a importância sociocultural das mídias e seu papel na socialização das novas gerações, a escola perde contato com seus estudantes, não fala a mesma língua, não usa as mesmas técnicas e modalidades de expressão. Crianças e jovens desenvolvem novos modos de aprender inéditos, desconhecidos e ignorados pelos professores e seus formadores (BUCKINGHAN, 2000; BELLONI; GOMES, 2008; entre outros). A escola, ao não apropriar-se deste novo contexto, cria um verdadeiro abismo entre o mundo real e aquele que é ensinado na escola.

No mundo contemporâneo, falar de uma educação contextualizada implica a inclusão e a apropriação de TIC nos processos educativos. Ainda mais em um país como o Brasil, com grandes desigualdades sociais, a escola tem o papel potencial de promover a inclusão social, não apenas como acesso aos novos meios, mas como uma formação para um uso consciente que favoreça o papel do aluno como protagonista e não apenas usuário dos recursos disponíveis. Enquanto a escola não toma para si esta responsabilidade e se pronuncia a respeito dos usos possíveis das TIC, os alunos em formação têm como referência apenas o discurso daqueles cujos objetivos não são a formação para a cidadania. É preciso evitar a visão romantizada da imparcialidade das TIC e reconhecer que a escola tem um papel fundamental de apontar uma apropriação que coloque o indivíduo como centro do processo e não apenas como usuário e espectador.

De modo que o desafio maior na Educação está em promover uma apropriação das TIC que possa garantir uma formação crítica, mais do que conhecer as tecnologias da informação e comunicação e saber usá-las como instrumento de ensino e aprendizagem, é preciso buscar uma apropriação consciente e criativa desses meios. Essa nova dimensão vai além do uso dos novos recursos como meio de uma nova pedagogia e caminha na direção de valorizar uma educação para os meios. É preciso uma educação que promova uma formação crítica através das mídias, mas também para as mídias (LAPA; BELLONI, 2010).

Em um país como o Brasil, de grandes desigualdades sociais, a escola passa a ter um importante papel no acesso às TIC e na democratização desta educação para a cidadania do mundo contemporâneo. Segundo García Aretio (2010), dependendo do país e o seu grau de desenvolvimento econômico e cultural, a EaD nem sempre chega a todos os setores da população, por falta de alfabetização tecnológica, por desconhecimento,



ou por falta de infraestrutura. No caso do Brasil, poderíamos incluir nesta lista também a falta de formação de professores para o uso crítico e consciente destas mídias na prática docente.

Continuando com García Aretio:

*Apesar disso, é cada vez mais clara a necessidade de incorporá-las ao mundo educativo, não apenas pelas possibilidades didáticas e comunicativas que proporcionam, mas, principalmente, porque é o novo canal de comunicação e de trabalho pelo qual a educação tem a responsabilidade de formar para o futuro a todos e a cada um dos cidadãos. E ninguém duvida que o mundo de amanhã estará dividido entre os que terão acesso ao saber e os que não terão, estando esse conhecimento cada vez mais envolvido com as TIC (Ferranti y otros, 2002). (GARCÍA ARETIO, 2010, p. 20).*

Por estas razões, chamamos a atenção para a oportunidade que surge de uma formação de professores que acontece por meio da modalidade a distância. Não obstante, ela se configura como um espaço de possibilidade para uma formação de professores con-dizente com o mundo contemporâneo, que, por sua vez, será a base para a formação de crianças e jovens também inseridos neste mundo com TIC. Falamos aqui de uma educação para a cidadania do século XXI em que a apropriação crítica das mídias pelo professor pode ser a condição, também, da alfabetização e inclusão digital de seus alunos como cidadãos do mundo atual.

A partir dessa perspectiva teórica da mídia-educação, vamos conhecer um pouco mais sobre a modalidade de educação a distância.

## A Educação a Distância (EaD)





## 5. A Educação a Distância

Desde a última década do século XX, temos assistido a uma explosão nos cenários, formais e informais, de educação a distância. Segundo García Aretio (2010), são quatro os principais impulsores desta realidade:

1. as recentes possibilidades dadas pelas TIC;
2. a complexidade da nossa sociedade, que exige uma aprendizagem permanente diante das mudanças econômicas, tecnológicas, científicas, entre outras;
3. a busca de novos mercados para enfrentar a crise econômica (incluindo a educação);
4. o surgimento de novos cenários de aprendizagem.

No contexto de transformações de que falamos anteriormente, a Educação a Distância (EaD) surge como uma modalidade de educação adequada e desejável para atender a novas e crescentes demandas.

Com o argumento de que a formação dos indivíduos não pode mais ficar limitada ao período escolar e com as novas exigências de uma educação permanente, a EaD tem aparecido como recomendação prioritária no discurso das políticas públicas. Segundo os informativos publicados pela Comissão Econômica para a **América Latina (CEPAL)**, “o desafio proposto a todos os países em desenvolvimento, e em particular aos da América Latina, é o de

Mais detalhes em: [www.eclac.cl/default.asp?idioma=es&skip=true](http://www.eclac.cl/default.asp?idioma=es&skip=true),  
consulta em maio de 2009.

conseguir uma difusão rápida e que seja ao mesmo tempo eficiente e equitativa” (2000, p. 5). Portanto, a EaD na América Latina surge para solucionar o problema de educação de grandes massas e em resposta a uma educação de qualidade na medida em que democratiza o acesso, assim como a atualização e formação de profissionais.

Atualmente, o governo brasileiro tem investido na democratização do ensino superior através da EaD, promovendo a expansão e a interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior pelas **universidades públicas**.

Mas o que é educação a distância?

### Conceito

Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados em tempo e/ou espaço. Esta separação física não quer dizer, no entanto, ausência. As pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem podem e devem estar juntos e presentes através das **TIC**.

O Governo Federal apresenta a sua definição no Decreto n. 5622 de 19 de dezembro de 2005, que acompanha o que foi apresentado anteriormente:

*[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).*

De um modo geral, a EaD é caracterizada por aquilo que ela não é, isto é, em comparação à educação convencional da sala de aula chamada de presencial. Um dos autores mais citados na definição de EaD é o espanhol García Aretio (1994), que diz que a EaD tem se caracterizado principalmente:

- pela separação entre professor e aluno no espaço e/ou tempo;
- pelo controle do aprendizado realizado mais intensamente pelo aluno do que pelo instrutor distante;
- pela comunicação entre alunos e professores, que é mediada por documentos impressos ou alguma forma de tecnologia.

*“A Secretaria de Educação a Distância – SEED representa a clara intenção do atual governo de investir na educação a distância e nas novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira” (<http://www.mec.gov.br>).*

*Na expressão “ensino a distância”, a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância). Preferimos a palavra “educação”, que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada (MORAN, 1994).*

Um outro conceito mais complexo, mas também bastante referenciado, é o de Moore, que diz:

*Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais (MOORE, 2007, p. 2).*

Neste caso, Moore salienta alguns aspectos importantes, entre eles:

- que se trata de ensino e aprendizagem;
- que eles acontecem em tempo e espaço separados;
- que a aprendizagem não é acidental e requer muito planejamento;
- que a comunicação é feita por meio de diversas tecnologias.

É importante quebrarmos o mito de que EaD é sempre a mesma coisa. As propostas de cursos pela EaD se diferenciam não apenas pela utilização de variados tipos de mídias, como o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax, a Internet. Mas também por aquilo que oferecem nas trajetórias didáticas, na metodologia de ensino e na prática pedagógica do processo de ensino e aprendizagem. A diversidade possibilitada pelas diversas composições em tempo e espaço e uso de recursos tecnológicos promove uma riqueza que pode ou não ser incorporada à pedagogia.

Isto é, encontramos cursos que são meras adaptações do ensino presencial, transposições de aulas expositivas multiplicadas pelas mídias. Encontramos também cursos que aproveitam a conectividade e o acesso ao aluno e suas atividades, para facilitar as rotinas docentes por meio de uma interatividade fraca como o acesso a provas, a troca de e-mails para tirar dúvidas, envio de trabalhos etc. Há, contudo, propostas que além destas funcionalidades aproveitam as mídias para promover a interação, que é o que realmente importa em uma **proposta educativa interacionista** como defendemos. Conectar pessoas de diferentes lugares e propor um modelo de educação que seja baseado na construção coletiva de conhecimento é possível, embora ainda pouco disponível.

*A teoria sócio-interacionista de Lev Vygotsky postula que a aprendizagem acontece em contextos interativos e colaborativos. O indivíduo, como um ser social, é conduzido a níveis mais altos de desenvolvimento cognitivo, social e moral nas interações que estabelece com os outros, relações mediadas pela cultura (VYGOTSKY, 1984).*

Educação a distância não é um “fast-food” em que o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite um equilíbrio entre as necessidades e habilidades individuais e as do grupo - de forma presencial e virtual. Nessa perspectiva, é possível avançar rapidamente, trocar experiências, esclarecer dúvidas e inferir resultados. De agora em diante, as práticas educativas, cada vez mais, vão combinar cursos presenciais com virtuais, uma parte dos cursos presenciais será feita virtualmente, uma parte dos cursos a distância será feita de forma presencial ou virtual-presencial, ou seja, vendo-nos e ouvindo-nos, intercalando períodos de pesquisa individual com outros de pesquisa e comunicação conjunta (MORAN, 1994).

## Histórico

Parece que a EaD é recente, mas há uma longa trajetória na EaD que se iniciou com os cursos de instrução entregues pelos correios. Desde a invenção da imprensa por Gutemberg em 1453 e a criação de um serviço postal barato e regular (aproximadamente em 1840 na Inglaterra), começaram os cursos enviados pelo correio. Diante dessas inovações, a educação a distância se difundiu pelo mundo, a começar pelos países centrais, como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Só para se ter uma ideia, já em 1856 promoveu-se em Berlim o ensino de francês por correspondência, em 1858 a Universidade de Londres passou a conceder certificados aos alunos externos que recebem instrução pelo correio (QUARTIERO et al., 2005), e em 1880 os Estados Unidos iniciou a oferta de estudo em casa (MOORE, 2005).

No entanto, pouco da experiência internacional se aplica ao caso brasileiro. O Brasil não acompanhou a rapidez do restante do mundo na oferta de cursos a distância e apresenta uma defasagem de quase três décadas na expansão da EaD no ensino superior. Nosso atraso em comparação ao cenário internacional de oferta pela EaD é associado à colonização portuguesa, que promoveu a manutenção do ensino superior na Europa ao invés da criação de universidades nas colônias, a exemplo da Espanha ou Inglaterra.

O Brasil como colônia dependente de Portugal não criou um sistema próprio de ensino superior, diferentemente da Espanha que mantinha cerca de duas dezenas de universidades nas suas colônias (RIBEIRO, 1972; LIMA, 1977).

Na América Latina, conforme estudo da UNESCO (1997), a educação a distância tem sido desenhada para atender a formação da população rural, o desenvolvimento de programas de validação de estudos nos níveis primários e secundários, a formação de professores e a educação superior e universitária. O México foi um dos países pioneiros em todos os níveis educativos, colocando em marcha programas e instituições a serviço desta modalidade de ensino desde 1947. Outros países, como Argentina, Costa Rica, Venezuela, Cuba, República Dominicana, Colômbia, Equador e Brasil seguiram os passos mexicanos e deram impulso à EaD com programas adaptados a suas regiões e necessidades (GARCÍA ARETIO, 2001).

A evolução da EaD no Brasil apresenta alguns marcos, como o ensino impresso por correspondência a partir de 1904, o Rádio Educativo Comunitário a partir de 1923, a criação da TV educativa pelo poder público em 1965 e a oferta de supletivos via telecur-sos (televisão e materiais impressos) por fundações sem fins lucra-tivos, em 1980. O uso de computador começou apenas em 1985, sendo utilizado, principalmente, como mídia de armazenamento (videoaulas, disquetes, CD-ROM etc.).

A oferta de cursos a distância usando computadores surgiu no Brasil a partir de 1995, catalisada pela expansão da internet nas Instituições de Ensino Superior e, posteriormente, pela oficializa-ção da modalidade de EaD para todos os níveis de ensino através da publicação da **Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996**. Foi justamente nesse período, entre 1994 e 1996, que as experiências pioneiras com o uso da internet como mídia educacional acon-teceram. Também, potencializadas pela criação de Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem em universidades públicas e particulares e o uso de redes de videoconferência.

*Veja mais à frente o item detalhado  
sobre a legislação.*

⋮  
⋮



Marcos Históricos da Educação a distância no Brasil	
1904	Mídia impressa e correio - ensino por correspondência privado.
1923	Rádio Educativo Comunitário.
1939 - 1941	Instituto Monitor e Instituto Universal Brasileiro – cursos profissionalizantes por correspondência.
1965 - 1970	Criação das TVs Educativas pelo poder público.
1980	Oferta de supletivos via tele cursos (televisão e materiais impressos) por fundações sem fins lucrativos.
1985	Uso do computador stand alone ou em rede local nas universidades.
1985 - 1998	Uso de mídias de armazenamento (videoaulas, disquetes, CD-ROM etc.) como meios complementares.
1989	Criação da Rede nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet, e e-mail).
1990	Uso intensivo de teleconferências (cursos via satélite) em programas de capacitação a distância.
1994	Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa.
1995	Disseminação da Internet nas Instituições de Ensino Superior via RNP.
1996	Redes de videoconferência – Início da oferta de mestrado a distância, por universidade pública em parceria com empresa privada. Criação da SEED/MEC.
1997	Criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Início da oferta de especialização a distância, via Internet, em universidades públicas e particulares.
1999	Criação da Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE).
1999 - 2001	Criação de redes públicas, privadas e confessionais para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das NTIC na EaD.
1999 - 2002	Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação a distância.
2004	Criação do Fórum das Estatais para a Educação.
2006	Oficialização do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
2007	Criação da Diretoria de EaD na CAPES.
2007 - 2009	Aprovação e instalação de 557 polos de apoio presencial UAB com 187.154 vagas criadas.

Fonte: Informações adaptadas de Vianney (2003) e do site oficial da UAB (<http://www.uab.capes.gov.br/>).

É comum associarmos evolução da EaD à invenção tecnológica que promoveu mudanças. Uma classificação bastante aceita na área é a de Michael Moore (2007), que organiza os fatos em

gerações de acordo com as ferramentas tecnológicas utilizadas, apresentada abaixo:

1ª geração – ocorreu quando o meio de comunicação era o texto e a educação era feita por correspondência.

2ª geração – foi o ensino por meio de rádio e televisão.

3ª geração – refere-se mais à invenção de uma nova modalidade de educação em universidades abertas.

4ª geração – caracterizou-se pela interação em tempo real a distância, por áudio e videoconferência, transmitidos por telefone, Satélite, cabos e redes de computadores.

5ª geração – envolve o ensino e a aprendizagem on-line em ambientes virtuais baseados em tecnologias da Internet.

No entanto, compreendemos que o Brasil não acompanhou esta evolução pelas gerações que Moore coloca. Praticamente começamos com cursos por rádio e correspondência simultaneamente (1ª e 2ª gerações) e não tivemos uma expansão acelerada de universidades estatais a distância na 3ª geração, como aconteceu em muitos outros países. As críticas a esse quadro recaem sobre a legislação que regula a EaD no país, por ser a expressão de políticas públicas que têm freado iniciativas parecidas às internacionais.

A oferta de cursos a distância usando computadores só surgiu no Brasil a partir de 1995. Com a expansão da Internet nas Instituições de Ensino Superior do país, e, posteriormente, com a oficialização da modalidade de EaD para todos os níveis de ensino através da publicação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996. As experiências pioneiras com o uso da Internet como mídia educacional aconteceram entre 1994 e 1996. Em 1997 tem-se o início à oferta de cursos de pós-graduação lato sensu pela Internet.

Hoje, no Brasil, a evolução tem se caracterizado não pela substituição de uma geração por outra mais avançada tecnologicamente, mas por uma sobreposição, onde podem ser encontrados cursos de todas as gerações da EaD. Essa sobreposição pode apontar um possível afastamento da abordagem tecnológica apresentada anteriormente. Isto é, que a qualidade da educação não seria definida pela tecnologia disponível, mas que a tecnologia poderia estar submetida às necessidades e demandas específicas de cada projeto educativo.

No final de 2002 já havia quase 85.000 alunos matriculados nos 60 cursos superiores a distância oficialmente registrados, quantidade pequena se comparada aos mais de **três milhões de alunos** matriculados no sistema de ensino presencial na mesma época

Segundo o **Anuário Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ANAED)**, publicado em 2005 pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), mais de um milhão de pessoas concluíram cursos a distância em 2004.

De acordo com Resumo Técnico do INEP (2008), 115 instituições ofereceram cursos de graduação a distância em 2008. São 18 instituições de ensino superior a mais em relação às registradas no ano de 2007. Comparado ao ano de 2007, foram criados 239 novos cursos a distância, representando um aumento de 58,6%, tendo uma oferta de 158.419 vagas a mais. Com relação ao ano de 2007, o total de ingressantes apresentou um aumento de 42,2% em 2008, sendo que o total de matrículas em 2008 chegou ao número de 727.961 inscritos. Esse número de matrículas em cursos a distância representa 14,3% do total de matrículas dos cursos de graduação, incluindo os presenciais. Em 2009, dados do INEP e SEED/MEC registraram 805.000 estudantes matriculados em cursos de graduação na modalidade a distância. E no censo EaD publicado pela ABED em 2009, são mais de 2,5 milhões de estudantes na modalidade a distância em todos os níveis e tipos.

Em 2010, 92 Instituições de Ensino Superior integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). Até o final de 2009, foram aprovados e instalados 587 polos. Sobre a formação de professores, os dados registram 305 cursos de licenciatura e 130.000 estudantes na 1ª licenciatura em 2010.

O estado de Santa Catarina contava, no início de 2013, com 27 polos da UAB nos municípios de: Araranguá, Blumenau, Braço do Norte, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Indaial, Itajaí, Itapema, Joinville, Laguna, Otacílio Costa, Palhoça, Palmitos, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste, Treze Tílias, Tubarão e Videira. E a Universidade Federal de

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopse estatística da educação superior: censo 2001.* Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 27/08/2008.

ANUÁRIO BRASILEIRO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA, 2005. Coordenação Fábio Sanchez. São Paulo: Instituto Monitor, 2005. Disponível em: <<http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2005.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2008.

Santa Catarina (UFSC) oferecia 15 cursos de formação de professores, sendo oito licenciaturas, em: Ciências Biológicas, Matemática, Física, Letras-Português, Letras-Espanhol, Letras-LIBRAS, Letras-Inglês e Filosofia, com previsão de oferta ainda da licenciatura em Química.

Dessa evolução da EaD descrita na classificação por gerações de avanço tecnológico, podemos depreender que a EaD tem passado de um ensino meramente instrutivo, de duvidosa validade e eficácia, a uma modalidade de educação com futuro promissor, dada pela comunicação e interação mediada por suportes tecnológicos que são capazes de gerar o estabelecimento de uma interação educativa independente de condicionamentos espaço-temporais (GARCÍA ARETIO, 2010). Mas, precisamos estar alertas para que esta ênfase no avanço tecnológico não permita um entendimento de que as TIC são suficientes para que haja a mudança na educação, como apontamos anteriormente.

Sem dúvida, o elemento que mais favoreceu esta interatividade e que impulsionou a EaD à conquista destes novos cenários foram precisamente as tecnologias da informação e comunicação, conhecidas como TIC. No entanto, ao longo deste processo de desenvolvimento tecnológico, a EaD não planejou da mesma forma sua evolução pedagógica, mas continuou com os mesmos esquemas e planejamentos das primeiras gerações para entender o processo de ensino-aprendizagem, sem modificar nem mesmo o papel que desempenham cada um dos atores que intervêm nele (GARCÍA ARETIO, 2010, p. 18).

O que salientamos é que as TIC apresentam as condições necessárias para uma educação ativa, construtivista, dialógica, mas esta mudança na educação está para além das suas condições técnicas. Como já apontamos anteriormente, é possível um ensino transmissivo em qualquer modalidade, assim como é possível uma proposta educativa de qualidade, na modalidade presencial e na EaD. Fazer o velho com novos recursos caracteriza uma educação performática, mas não necessariamente melhor, e este é um risco comum quando se priorizam os recursos tecnológicos em detrimento de avanços metodológicos.

## Legislação

Apesar de a educação a distância estar amplamente presente no cenário internacional e em algumas iniciativas nacionais, foi apenas no final da década de 80 que surgiram as primeiras medidas do governo brasileiro para o seu reconhecimento. Nesta época, não passaram do âmbito das intenções, mas se constituíram num espaço privilegiado de discussão da EaD no país, o que foi a base para as políticas implementadas nos **anos seguintes**.

Conforme Cerny e Quartiero (2009), o marco zero da legislação da educação a distância é a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996). A LDB oficializa a educação a distância como uma alternativa de formação regular (em especial nos seus artigos 80 e 87, mas é citada também nos artigos 32, 47 e 87) e desencadeia o processo de reconhecimento da EaD no Brasil. Os artigos da LDB que tratam da EaD foram regulamentados dois anos após sua promulgação, por meio do Decreto nº 2.494, de 10 de Fevereiro de 1998. É a partir da publicação deste decreto que são definidos alguns pontos que permitem a imediata aplicação da EaD, como a normatização do credenciamento das instituições para oferta de **educação a distância**.

Contudo, alguns críticos mostram a ênfase na tecnologia que ocupa o lugar central neste Decreto, ou seja, “a tecnologia em si geraria a educação e a diminuição de desigualdades” (TARDELLI, 2006, p. 95) com a quase ausência dos professores como atores responsáveis pelo processo educativo (CERNY; QUARTIEIRO, 2009).

Já o processo de credenciamento das instituições é regulamentado pela Portaria nº 301 do MEC, assinada em 07 de abril de 1998. A partir dos critérios desta legislação, as instituições de ensino superior se inscreveram e receberam a autorização para oferecer cursos superiores a distância, o que promoveu um *boom* de oferta, especialmente nas universidades particulares.

Naquele momento, o órgão governamental para EaD no MEC era a Secretaria de Educação a Distância (SEED). Criada em 1996, a SEED/MEC tratava com exclusividade de todas as políticas para a EaD até 2007, quando foi criada uma diretoria na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Cerny e Quartiero (2009) citam: a) o Protocolo de Cooperação nº 3/93, b) o Convênio nº 6/93, c) a assinatura de decreto criando a Televisão para a Educação, d) o Acordo de Cooperação Técnica nº 4/93, e e) o Decreto nº 1.237, de 06/09/94.

No Decreto nº 2.494, fala-se em “educação a distância”, e não mais “ensino a distância”, como aparece na LDB. Esta diferença, acrescida da apontada anteriormente, enfatiza a EaD como uma forma de autoaprendizagem e não mais de ensino. Cai o caráter apenas supletivo e emergencial da modalidade e a EaD, com suas especificidades, adquire reconhecimento legal como instância regular de educação (CERNY; QUARTIEIRO, 2009).

Nível Superior (CAPES) para se ocupar desta discussão, focando especificamente à formação de professores.

Da parte das instituições de ensino, em dezembro de 1999, houve a criação de um consórcio interuniversitário entre instituições públicas de ensino superior, denominado Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede). A sua atuação mais significativa é o acompanhamento dos projetos de EaD em andamento no país e a discussão das políticas a serem implementadas nesta área, o que possibilitou a união de competências e o trabalho em rede (CERNY; QUARTIEIRO, 2009).

Um debate desse fórum ainda é a dificuldade de institucionalização da EaD, isto é, como a EaD é inserida nas universidades públicas do nosso país. As regulamentações de que falamos anteriormente evidenciam a política do MEC para a EaD em “tratar a modalidade a distância como um sistema paralelo ao sistema presencial, com credenciamento institucional específico até mesmo para as universidades com experiências consolidadas na área” (CERNY; QUARTIEIRO, 2009, p. 6). Acreditamos, como estas autoras, que o tratamento paralelo da EaD permitiu que ela pudesse estar desvinculada do ensino presencial dentro da mesma instituição, apesar do discurso da bimodalidade.

Essa política poderia, sim, promover a integração entre as duas modalidades dentro das IES. Com a integração das duas modalidades dentro dos centros de ensino, a política pública de incentivo à EaD poderia gerar uma sinergia entre modalidades através da formação de docentes no uso das TIC na educação, da experimentação em formas contemporâneas de ensino e aprendizagem, na produção de conhecimento através da pesquisa e avaliação destas experiências, na apropriação crítica e criativa de TIC por professores e estudantes e seu desdobramento nos cursos de formação de professores em todas as modalidades e níveis, como apontamos anteriormente ao falar da mídia-educação.

Uma tentativa de aproximação entre EaD e educação presencial surgiu com a Portaria nº 2.253/2001 (reformulada pela Portaria MEC nº 4.059/2004), que normatiza a oferta de disciplinas EaD em cursos presenciais, total ou parcialmente. Essa alternativa deve

respeitar o limite de 20% do tempo previsto para a integração do respectivo currículo, em cursos superiores presenciais reconhecidos e constar no projeto pedagógico do curso.

Foi apenas recentemente que a EaD foi alavancada no país, em parte devido a uma aceleração do programa político do Governo Federal para o desenvolvimento sustentável com foco na educação. Sua primeira ação foi em 2004, com a criação do Fórum das Estatais pela Educação, com o objetivo de articular MEC, Governo Federal e Estatais brasileiras (Brasil, 2004c). Esse foi o ponto de partida para a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), um dos projetos mais expressivos do governo para a regulamentação e estabelecimento da EaD no Brasil. A UAB, oficializada pelo Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, é uma parceria entre os governos federal, estaduais e municipais, as universidades públicas e demais organizações interessadas para:

*a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil (BRASIL, 2008c, sem paginação).*

Em 2005, foi publicado o Decreto nº 5.622, que substituiu os Decretos nº 2.494 e nº 2.561 de 1998. Fundamental na normatização da EaD, este Decreto traz parâmetros para a avaliação, estabelece critérios para a realização de encontros presenciais e para as práticas de laboratório. Mas, principalmente, garante a validade dos diplomas e certificados de cursos e programas a distância em todo o território nacional, bem como regulamenta a transferência dos estudantes de uma modalidade para outra.

Complementarmente, em 2006 é publicado o Decreto nº 5.773/06, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Estes dois Decretos (5.622 e 5.733) foram alterados parcialmente em 2007, com a edição do Decreto nº 6.303, que modificou a sistemática de credenciamento das universidades, centros universitários e faculdades.

Também em 2007, o Ministério da Educação (através da SEED) disponibilizou os novos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, em substituição ao documento elaborado em 2003. No mesmo período da publicação dos Referenciais de Qualidade foi publicada a Portaria Normativa nº 2/MEC, de janeiro de 2007, normatizando as indicações presentes nos Referenciais. Neste documento, é estabelecida a exigência de momentos presenciais obrigatórios e a existência de polos de apoio presencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas. A Portaria torna necessário o credenciamento prévio dos polos regionais, que devem possuir estrutura física, tecnológica e de recursos humanos, conforme indicação expressa nos Referenciais e na legislação em vigor. Os polos também passam a ser avaliados por comissões externas.

O Decreto nº 6.303 estabelece exigências referentes à infraestrutura das instituições para oferecerem cursos de EaD, pois elas devem “comprovar a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos polos, observados os referenciais de qualidade, comprovados em avaliação *in loco*” (BRASIL, 2007b, sem paginação). Esta exigência é importante, uma vez que inibe as instituições de ofertar cursos sem a estrutura adequada nos polos regionais de apoio presencial, bem como cria parâmetros para a instalação desses espaços, essenciais para o desenvolvimento das atividades presenciais e para o acesso dos alunos às tecnologias de comunicação.

Temos que ter em mente que a legislação muitas vezes tenta criar um novo cenário desejado pela sociedade e representado nas leis, mas outras vezes ela coíbe excessos de iniciativas que começaram enquanto não havia uma regulamentação própria para orientá-las. Em alguns casos, podemos identificar a tentativa de criar padrões mínimos de qualidade para a EaD (como a exigência de encontros presenciais e a infraestrutura dos polos) servindo de referência para as instituições que vão aderir às políticas públicas, outras vezes observamos as instituições pioneiras na EaD tentando adequar cursos em andamento às novas demandas e exigências das leis. De todo modo, devido à legislação recente na história da EaD, presenciamos atualmente um ajuste institucional para a assimilação da modalidade a distância dentro das IES. E, neste



sentido, muitas delas ainda carecem de normas e regulamentos internos que orientem as ações dentro das instituições. Enfim, como um processo em andamento, podemos identificar uma série de avanços na legislação, mas ainda há muito a ser realizado.

Você pode encontrar no site do MEC futuras atualizações e mais detalhes acerca da Regulamentação da EaD no Brasil, mas destacamos no quadro abaixo algumas informações relevantes.

<b>Regulamentação da EaD no Brasil</b>		
<b>Leis, Decretos e Portarias</b>		
Lei nº 9.394	20 de dezembro de 1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei nº 9.394, de – Lei nº 11.273	6 de fevereiro de 2006	Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participante de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.
Decreto n.º 5.622	19 de dezembro de 2005	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394.
Decreto n.º 5.800	08 de junho de 2006	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Decreto nº 5.773	09 de maio de 2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Portaria nº 1.369	7 de dezembro de 2010	Credenciar as Instituições Públicas de Educação Superior, vinculadas ao Sistema UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e credenciar os polos de apoio presencial para a EaD.
Portaria nº 75	14 de abril de 2010	Cria o Grupo Assessor do Sistema UAB. As atribuições do grupo são apoiar a Capes na formulação das diretrizes estratégicas de desenvolvimento do Sistema UAB.
Portaria nº 77	14 de abril de 2010	Institui o Banco de Consultores para Acompanhamento e Avaliação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de auxiliar a diretoria de Educação a Distância da Capes.

Portaria nº 78	14 de abril de 2010	Institui os fóruns de área do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), constituído das seguintes áreas: Matemática, Física, Biologia, Química, Letras, Pedagogia, Filosofia, História, Geografia, Artes, Informática, Teatro, Música, Educação Física, Sociologia, Administração, Especializações.
Portaria nº 79	14 de abril de 2010	Institui o Fórum Nacional de Coordenadores e Coordenadores Adjuntos do Sistema UAB, composto pelos Coordenadores UAB das IES integrantes da UAB e institui os Fóruns Regionais de Coordenadores do Sistema UAB, composto pelos coordenadores de polo de apoio presencial da região e pelos Coordenadores e Coordenadores Adjuntos das IES integrantes do Sistema UAB e que ofertam cursos na região.
Portaria nº 318	2 de abril de 2009	Transfere à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a operacionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
Portaria Normativa nº 2	10 de janeiro de 2007	Dispõe sobre procedimentos de regulação e avaliação de educação superior na modalidade a distância.

Fonte: Adaptado da tabela disponível na Internet em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

## 5.1 Características da EaD

Conforme o conceito de Educação a Distância apresentado anteriormente, vamos seguir por partes separando alguns aspectos importantes da EaD para pensarmos essa nova modalidade de educação. Trataremos a seguir os seguintes aspectos:

1. a separação temporal e espacial entre professores e alunos, e ensino e aprendizagem;
2. a mediação comunicativa por meio de novos recursos tecnológicos; e
3. a autonomia do aluno.

### 5.1.1 Separados no tempo e no espaço

A separação entre professores e alunos parte do parâmetro da prática educativa tradicional que é a presencial, mais conhecida e em que dominam a contiguidade e a simultaneidade. A partir desse princípio da distância física e temporal, hoje temos outras

alternativas pedagógicas que poderiam ser definidas como: educação presencial, educação semipresencial (parte presencial e parte virtual ou a distância) e educação a distância (ou virtual).

Moran (2007) nos ajuda a compreender as diferenças entre as modalidades ao defini-las. A educação presencial é o ensino convencional, a modalidade dos cursos regulares, em qualquer nível, nos quais professores e alunos se encontram sempre num mesmo local físico chamado sala de aula. A educação semipresencial acontece uma parte na sala de aula e outra parte a distância, através de tecnologias. A educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, mas podendo estar juntos através de tecnologias da comunicação.

Os usos que fazemos dessas tecnologias da informação e comunicação é que criam alternativas e disponibilizam novas opções em tempo e espaço, pois permitem práticas educativas em diferentes combinações, como:

- (1) mesmo tempo e mesmo espaço (a tradicional sala de aula);
- (2) mesmo tempo e espaço diferente (as aulas por conferência de vídeo, rádio ou telefone);
- (3) tempo diferente e mesmo espaço (aulas individuais em laboratórios); e
- (4) tempo diferente e espaço diferente (acesso aos recursos em ritmo individual).

Falamos anteriormente que a separação não acontece apenas entre aluno e professor, mas também entre o ensino e a aprendizagem. Consideramos educação o ato planejado em que o aluno se propõe a aprender e o professor a auxiliar, criando os meios pelos quais essa aprendizagem deve ocorrer. Portanto, EaD não significa apenas o aprendizado pelo aluno, mas também as propostas de ensino, intencionais, do professor. Na EaD temos a possibilidade que essas atividades aconteçam em momentos separados, isto é, o professor planeja, organiza e propõe práticas de aprendizagem que geralmente ocorrem em outro momento, muitas vezes sem a presença dele. O aluno, por sua vez, pode ocasionalmente encontrar-se

face a face com professores, tutores e colegas de curso, mas o local normal da sua aprendizagem não inclui a presença do professor.

### 5.1.2 A dependência das tecnologias da comunicação na EaD

A separação em tempo e espaço, a princípio, é “superada” pela comunicação entre professores e alunos mediada por alguma tecnologia. Por isso é tão importante compreender os padrões e tipos de comunicação permitidos nessa nova condição da EaD (o que vamos ver com mais profundidade no item A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA). Neste momento, vamos nos concentrar no que muda em relação ao ensino presencial.

Como falamos anteriormente, todo ato de ensino e aprendizagem, por princípio, é um ato de comunicação. No ensino presencial, a comunicação é mediada prioritariamente pela comunicação presente e direta entre professor e aluno, eventualmente também por documentos textuais e audiovisuais, como transparências, *slides*, filmes e programas de multimídia. No entanto, o ensino na sala de aula, mesmo usando variados recursos tecnológicos, não depende da tecnologia. Assumimos que a aprendizagem depende essencialmente do encontro face a face de professor e aluno e das trocas orais realizadas por eles.

Na educação a distância, o uso da tecnologia da informação e comunicação é imprescindível e o uso de **formas midiáticas de comunicação** se torna obrigatório, como impressos, audiovisuais, televisão, softwares ou ambientes virtuais de aprendizagem. Isto porque a distância separa os atos de ensinar e aprender, como falamos anteriormente, em que a presença dos atores da comunicação pedagógica não seria mais necessariamente simultânea.

*Recursos tecnológicos que fazem a mediação da comunicação na educação a distância com o objetivo de difundir o conhecimento através de suas múltiplas ferramentas..*

### 5.1.3 A autonomia do estudante

A outra característica da educação a distância, apontada anteriormente, é o controle da aprendizagem pelo aluno, que fala da facilidade de deslocar o centro do processo do ensino e do professor para a aprendizagem e o aluno. Muitos estudos foram feitos acerca do desenvolvimento e da aprendizagem do indivíduo que fundamentam diferentes práticas pedagógicas da EaD.

Nosso curso está ancorado em uma prática que valoriza a aprendizagem individual, mas que compreende que essa só atinge a verdadeira dimensão de criação de significados através da troca, interação e colaboração, dadas em espaços coletivos de ensino e aprendizagem. Se, por um lado, defendemos a centralidade do processo de ensino-aprendizagem no aluno, afastamo-nos de **visões positivistas** que entendem essa centralidade no aluno como a justificativa para uma aprendizagem individualista.

Identificamos propostas de aprendizagem individualista como as que entendem que o indivíduo aprende sozinho, em um momento e lugar determinados. A oferta de cursos que se ampara nessas propostas concentram-se mais em atitudes e comportamentos individuais, ou no ambiente de aprendizagem, do que nos espaços coletivos de interação. Nos cursos, as práticas costumam valorizar bastante as capacidades cognitivas para aquisição de conhecimento, a preparação adequada do ambiente de aprendizagem, os interesses individuais de cada um, aspectos certamente importantes, que, no entanto, não podem substituir o contexto social da prática da aprendizagem como um processo ininterrupto de troca e interação (LAPA, 2005).

Por este motivo, contrariamos as perspectivas que compreendem que o simples acesso ao bom material didático seria suficiente para uma aprendizagem de qualidade. Para a efetivação da aprendizagem, não basta a reflexão individual do aluno em relação aos conteúdos, mas compartilhar sua reflexão com as reflexões dos outros participantes do processo de ensino-aprendizagem. O desenvolvimento conceitual provém dessa reflexão ampliada e da mudança interna dos sujeitos em processo de conhecimento em resposta a essas reflexões. Na EaD, isto significa a participação, cooperação e integração apesar da distância de tempo e espaço tanto de alunos como de professores e tutores.

O Projeto Político Pedagógico do seu Curso apresenta os princípios norteadores da EaD. Para a modalidade a distância, torna-se essencial: a *interação*, a *cooperação* e a *autonomia* (COSTA; VIEIRA; D'ELY, 2010).

Entendemos que a aprendizagem é fundamentalmente uma experiência social, de interação pela linguagem e pela ação.

• *Positivismo — corrente filosófica do século XIX principiada por Auguste Comte. Surgiu como reação ao idealismo e opõe ao primado da razão, o primado da experiência sensível e dos dados positivos. Propõe a ideia de uma ciência baseada apenas no mundo físico/material (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Positivismo>).*

A construção do conhecimento é estimulada quando o aluno tem a oportunidade de se relacionar com outros, quando precisa interagir, cooperar e coordenar pontos de vista com outros colegas. As interações sociais, o respeito, a diversidade do pensamento, o pensamento flexível e a competência social são objetivos educacionais de uma proposta educativa que visa à formação para a sociedade contemporânea de que falamos anteriormente. A cooperação é um princípio que exige colaboração e contribuição dos participantes do sistema de educação; demanda trabalho conjunto e coletivo para alcançar um objetivo compartilhado.

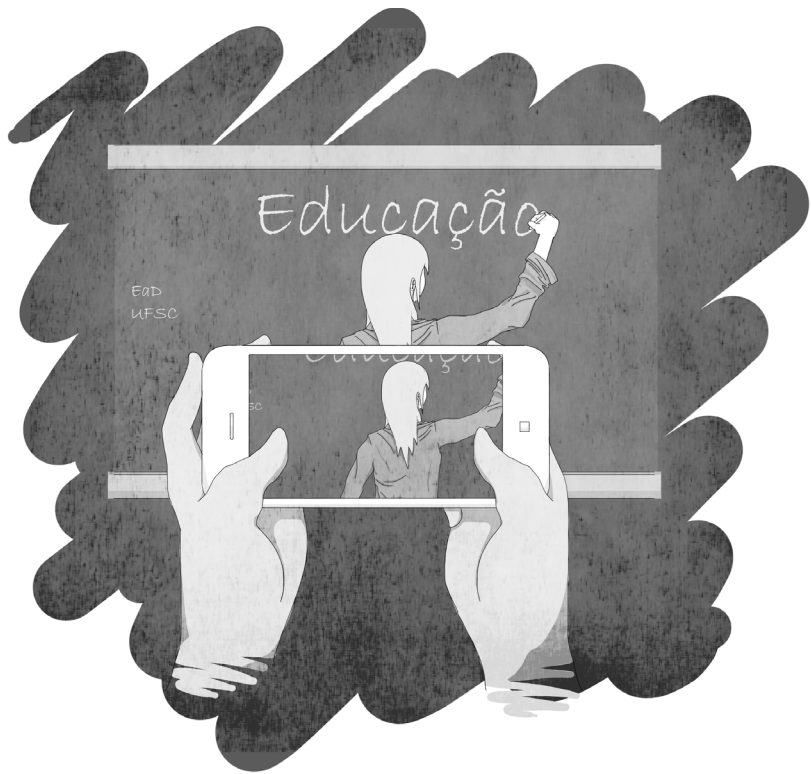
O trabalho cooperativo e a interação social devem propiciar a formação de uma comunidade de aprendizagem de tal maneira que seja possível compreender novas questões e produzir significados individuais e coletivos. É necessário que se possa assegurar a centralidade do indivíduo na aprendizagem, mas também promover a cooperação e a autonomia, pois os resultados almejados não são apenas de ordem cognitiva, mas também de ordem afetiva. Já foi comprovado em pesquisa que sentir-se acompanhado, parte de um grupo, com laços comunitários constituídos, não só melhora a aprendizagem como mantém o aluno no curso (LAPA, 2007).

A autonomia refere-se às múltiplas capacidades do indivíduo em representar-se tanto nos espaços públicos como nos espaços privados da vida cotidiana. Compreende o domínio crítico e referenciado do conhecimento, a sua capacidade de decidir, de processar e selecionar informações, de lidar com elas criticamente, mas, acima de tudo, a criatividade e a iniciativa. Pressupõe-se que tais atributos não são inerentes ao indivíduo, não “nascemos autônomos”. Tais competências são construídas por meio de uma série de ações e tomadas de decisão diante de novos desafios, problemas e contextos educativos.

Além disso, ao optarmos pelo afastamento de uma abordagem individualista da educação a distância, compreendemos que autonomia não significa que o estudante deva ser autodidata. Significa, sim, que o estudante é o responsável por percorrer a trajetória da aprendizagem proposta por seu professor nas estratégias de ensino, mas construindo conhecimento em interação e cooperação com todas as outras pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.



## A Comunicação na Educação a Distância







## 6. A Comunicação na Educação a Distância

Todo ato de ensino-aprendizagem parte de um ato de comunicação. No ensino presencial, a comunicação professor-aluno é mediada prioritariamente pela comunicação presente e direta entre professor e aluno, e, eventualmente, também por documentos textuais e audiovisuais, como transparências, slides, filmes e programas de multimídia. No entanto, o ensino na sala de aula (mesmo que use variados recursos tecnológicos) não é dependente de tecnologia. Talvez porque, como vimos, o lugar principal do aprendizado no ensino tradicional é o mesmo lugar do ensino, isto é, o encontro presencial de professores e alunos. Assumimos, mesmo sem ter total controle sobre este processo, que é na sala de aula e através da comunicação oral que tanto o ensino como a aprendizagem acontecem.

Na educação a distância, o uso da tecnologia de comunicação e informação é imprescindível, e torna-se obrigatório o uso de formas mediatizadas de comunicação: dos impressos, das fitas de vídeo, da televisão, do software ou do ciberespaço. Isto porque a distância separa os atos de ensinar e aprender, como falamos anteriormente, sendo que a presença dos atores da comunicação pedagógica não seria mais necessariamente simultânea.

Mas estamos falando de potencialidades... Vimos na história da EaD que hoje já temos possibilidades tecnológicas adequadas para suportar formas mais interativas de comunicação. Mas são as opções educativas (e não simplesmente aquelas baseadas nas possibilidades dos recursos tecnológicos) que devem orientar a

prática pedagógica. Podemos identificar essas opções através dos tipos de comunicação permitidos e promovidos no curso. Isto é, não o recurso tecnológico, mas o que as pessoas fazem com estes recursos.

A tecnologia usada nas práticas comunicativas da EaD pode envolver uma comunicação primária unidirecional (unidades de curso, fitas de vídeo, televisão, rádio, DVD) que mal poderia ser considerada realmente uma forma de comunicação dialógica mas, sim, apenas uma transferência de informação. Pode também envolver uma comunicação primária bidirecional (tutoria pela Internet, videoconferência, e-mail, conferência por computador nos fóruns de debate) que teria o potencial de suportar uma ação comunicativa, sem, contudo, trazer em si a garantia de que ela ocorra (SUMNER, 2000; LAPA, 2005).

O uso de tecnologias da comunicação unidirecionais é necessário e bem-vindo, mas deve ser complementar e não o padrão de comunicação das práticas educativas a distância. A predominância de uma comunicação unidirecional nas trocas comunicativas caracteriza um modo de educação transmissiva, enquanto a predominância na criação de ambientes de troca e interação comunicativa no processo de aprendizagem reflete uma proposta que pode criar esferas públicas de aprendizagem através da promoção do diálogo.

*Sem dúvida, o fato mais importante e que marca na atualizada esta modalidade educativa é a transformação tecnológica e sua aplicação ao campo da educação (GARCÍA ARETIO, 2001). A chegada da internet e suas múltiplas ferramentas (correio eletrônico, listas de e-mails, chat, blogs, news, wikis) dão um novo significado e poder à educação a distância, gerando a possibilidade de ensinar e aprender através da rede. Com os avanços tecnológicos nos últimos tempos, facilitou-se a comunicação bidirecional, que gera uma retroalimentação muito mais fluida e rica e, sobretudo, favorece a interação entre professores e alunos e entre os próprios estudantes, o que implicou novas propostas para a EaD, rompendo-se a linearidade e a sequencialidade tradicional de todo o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, estas, por sua vez, abriram novos espaços de interação, permitindo outras ações formativas e heurísticas até então impensáveis (GARCÍA ARETIO, 2010, p. 15-16).*

A cada dia surgem novos meios de comunicação e têm-se buscado materiais didáticos bem elaborados que são capazes de levar os alunos a “aprender a aprender”, formas em que o emissor não apenas transmita mensagens, mas promova processos de diálogo e participação. Ferramentas como hipertexto, hipermídia, formulários, múltipla escolha, download, e-mail, fórum e chat serão eficientes à medida que for privilegiada a interatividade ao longo do estudo. O estudante, nesses ambientes, precisa ter oportunidades de interagir e trocar, em diversos níveis, com o material, o professor tutor, o conjunto de alunos, o suporte, a coordenação pedagógica. E deve apostar nessa proposta quando ela é propiciada pelo curso.

Embora possamos não embarcar em uma leitura da EaD a partir da tecnologia, temos que conhecer os recursos disponíveis para colocá-los em uso pela educação de qualidade que acreditamos. Os recursos tecnológicos e as mídias mais utilizadas na educação são vários e cada curso faz escolhas sobre quais recursos utilizar em cada caso. Vamos ver algumas análises apresentadas por Moore (2007) a respeito dos recursos de comunicação mais utilizados na EaD e, a partir daí, refletir sobre as possibilidades de uso dentro deste curso e na sua prática como professor.

### 1. Mídia impressa

O texto é a mídia mais comum na EaD, desde o impresso até o texto digital. Com a Internet ficou mais fácil e barato produzir e distribuir textos, mas nem todos se adaptam à leitura de textos na tela do computador e preferem a mídia impressa. Ela é utilizada principalmente para conteúdos científicos e informações extensas que são mais permanentes. A interação com o texto escrito é possível e acontece muito na modalidade a distância, mas quase nunca de forma impressa e, sim, na escrita a mão ou em formato digital.

Apesar da possibilidade da comunicação *on-line*, muitos cursos ainda optam pela veiculação de textos no formato impresso, de livros didáticos, guias de estudo, jornais e boletins. O material impresso tem como vantagem o fato de que os usuários (professores, tutores, alunos) já estão familiarizados e já sabem o que fazer com ele. Por meio do material impresso é possível a transmissão de um volume grande de informações e um estudo individual,

cada estudante em seu próprio horário e ritmo. Além disso, livros são portáteis, tem uma durabilidade considerável, o que os torna confiáveis e convenientes. Além de que muitos consideram que o material impresso não “cansa a vista”, ao contrário do material que é apresentado em telas que emitem luz.

O livro traz como desvantagem o tempo de preparação de textos de alta qualidade. Eles ampliam o tempo de produção do curso e, conseqüentemente, o custo. Outra desvantagem seria a impossibilidade de atualização rápida, apenas com a publicação de uma nova edição do material.

No seu trabalho na escola você vai lançar mão muitas vezes do texto escrito, lendo jornais e livros, fazendo consultas a documentos, também na sua comunicação com outras pessoas, escrevendo cartas, comentários, projetos, informativos para a comunidade etc. Apesar de boa parte da sua comunicação ser baseada no texto escrito e impresso, existem muitas possibilidades de comunicação escrita que prescindem do papel impresso. Lembramos que você também poderá usá-lo no formato digital na comunicação feita por meio da internet, por exemplo, no diálogo em fóruns de discussão e *chats*, nas trocas de recursos por *e-mail*, no envio de arquivos de texto pela Internet.

No seu curso, você terá acesso a uma grande quantidade de texto escrito no formato digital através do Ambiente Virtual de Ensino-aprendizagem (AVEA). São explicações do professor, referências do tutor, artigos compartilhados na webteca, debates interessantes no fórum etc. Recomendamos que você tenha o hábito de salvar, durante o curso, aqueles textos que julgar interessantes. Lembre-se de que eles não são como os livros que permanecerão na sua biblioteca, eles são voláteis. Assim, tão logo termine o curso e encerre a sua matrícula, você poderá não ter mais acesso ao AVEA e aos textos guardados nele.

## 2. Mídia em áudio e vídeo

As gravações em áudio e vídeo apresentam informações de maneira estimulante e divertida. O vídeo, em especial, é uma mídia atrativa e muito eficaz para transmitir aspectos emocionais ou

relacionados a atitudes. Por sua capacidade de mostrar pessoas interagindo, ou uma sequência de ações, é bastante utilizado para estudos de caso, documentários, exemplificação de conteúdos, ensino de aptidões, demonstração de procedimentos etc. São disseminados por meio de CD, DVD ou ainda de postagem na Internet.

Um dos principais problemas do uso de mídias de áudio e vídeo na EaD é a necessidade de equipes profissionais criativas e especializadas para a sua produção, o que o torna caro. Infelizmente, o resultado é que elas são pouco usadas ou adotadas para a transmissão direta de informações, que poderiam ser mais bem veiculadas pela mídia impressa.

Mas hoje temos uma versatilidade maior para a produção de vídeos rápidos, onde a qualidade não é tão importante. Os celulares com câmera ou máquinas fotográficas com recurso de vídeo, tornam qualquer pessoa um produtor de pequenos vídeos que minutos depois já pode estar disponível para todos através de sites de difusão de vídeos da Internet.

Você pode usar áudio e vídeo para colaborar com seu trabalho na escola. Por exemplo, para dar voz aos alunos em rádios e nas TVs escolares, exibir filmes já produzidos (ou trechos de programas televisivos) para trabalhar com os alunos as mensagens veiculadas nestes programas. Também para promover a autoria dos estudantes na produção de pequenos vídeos temáticos, por exemplo.

### 3. Videoconferência

Na EaD, a videoconferência descreve o uso de uma tecnologia de transmissão de sons e/ou imagens nos dois sentidos, o que permite uma **comunicação bidirecional**. A videoconferência, que transmite imagens televisadas e sons via satélite ou cabo, oferece as vantagens de uma interatividade mais próxima do ensino presencial. No entanto, envolve a utilização de equipamentos complexos e o uso de linhas para transmitir a conferência, que, além de nem sempre funcionarem adequadamente, apresentam um custo alto, muitas vezes proibitivo para algumas organizações.

O nosso curso prevê o uso de videoconferência em aulas, quando os cursistas se encontrarão nos polos e terão contato com os professores e tutores (reunidos na UFSC) através deste recurso.

*A videoconferência praticamente substituiu a teleconferência, que seria uma comunicação unidirecional.*

*A teleconferência se difere da videoconferência porque nela, apesar de também ser uma ferramenta síncrona, o professor ou palestrante manda a mensagem em uma via de mão única enquanto os alunos só assistem. Também não se trata de uma videoaula, pois esta é a gravação de uma mensagem que é assistida posteriormente pelo aluno.*

*Uma comunicação unidirecional e assíncrona. Estas videoconferências e outros vídeos produzidos no curso (videoaula) e fora dele, estarão disponíveis para você assisti-los quantas vezes quiser. Essa é mais uma vantagem desta mídia em relação aos eventos presenciais. Portanto, a videoconferência apresenta como vantagem a possibilidade de interação.*

#### 4. Aprendizado por computador e pela Internet

O computador apresenta uma oportunidade de alta qualidade para a aprendizagem, já que, através de programas específicos, organiza conteúdos usando hipertextos e hiperlinks, apresenta métodos de investigação, simulações e jogos, estrutura as atividades através de texto, voz, imagens, aplicativos compartilhados e vídeo. Quando o computador está ligado à Internet, ainda oferece ferramentas de comunicação que permitem a interação entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, de modo assíncrono ou em tempo real. Este ambiente informatizado de estudos é chamado de Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA).

No nosso caso, usamos um *software* livre chamado Moodle para suportar esse ambiente de aprendizagem.

Ministério da Educação

**EaD-UFSC**  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Você ainda não se identificou (Acesso)

### Moodle EaD-UFSC

O Moodle (<http://moodle.org>) é um sistema para gerenciamento de cursos (CMS - Course Management System) ou, também, um ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA). Ele é totalmente baseado em ferramentas da WEB, requerendo do usuário um computador conectado à Internet e a disponibilidade de um navegador, a exemplo do Firefox e do Internet Explorer. O Moodle procura cobrir três eixos básicos do processo de ensino-aprendizagem:

- Gerenciamento de conteúdos: organização de conteúdos a serem disponibilizados aos estudantes no contexto de disciplinas/turmas;
- Interação entre usuários: diversas ferramentas para interação com e entre estudantes e professores: fórum, bate-papo, mensagem instantânea, etc.
- Acompanhamento e avaliação: definição, recepção e avaliação de tarefas, questionários e enquetes, atribuição de notas, cálculo de médias, etc.

Na UFSC o Moodle é utilizado há vários anos em programas de Educação a Distância e desde o primeiro semestre de 2009 ele está também disponível como apoio aos cursos presenciais. O Moodle EAD/UFSC opera de forma síncrona com os sistemas acadêmicos (CAGR/CAPG), de forma que o cadastramento de disciplinas, turmas, professores, tutores e estudantes no Moodle são realizados automaticamente com base nos dados contidos nestes sistemas acadêmicos.

Na seção de "Perguntas Frequentes" (vide Menu Principal ao lado), há diversas orientações sobre cadastramento de usuários, obtenção/alteração de senha de acesso, etc relativos ao Moodle EAD/UFSC. Para informações específicas sobre os cursos e programas de Educação a Distância da UFSC, consulte a página da EAD/UFSC.

Além do Moodle EAD/UFSC, a UFSC mantém outras implantações de Moodle para atender demandas específicas, dentre as quais:

- Moodle UFSC - Apoio aos cursos presenciais da UFSC
- UNASUS/UFSC - Universidade Aberta do SUS (UNASUS)

**Acesso**

Identificação

Senha

Obter sua senha

**Menu Principal**

- 🔍 Perguntas Frequentes
- 📄 Novidades
- 👤 Atendimento a estudantes
- 👤 Atendimento a professores e tutores
- 🔧 Suporte Técnico Moodle
- 📄 CAGR - graduação
- 📄 CAPG - pós-graduação
- 📄 Política de uso

**Categorias de Cursos**

- ▣ ADMINISTRAÇÃO (704)
- ▣ ADMINISTRAÇÃO (714)
- ▣ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (713)
- ▣ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (708)
- ▣ CIÊNCIAS CONTÁBEIS (707)
- ▣ CIÊNCIAS ECONÔMICAS (706)
- ▣ FILOSOFIA (709)
- ▣ FÍSICA - Licenciatura (703)
- ▣ LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUA ESPANHOLA (711)
- ▣ LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUA INGLESA (712)
- ▣ LETRAS - LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA (710)

**Síncronas**

Ferramentas que permitem a comunicação e a interação simultâneas

**Assíncronas**

Ferramentas que permitem a comunicação e a interação em tempos diferentes

Nele contamos com algumas ferramentas de comunicação **síncronas** e **assíncronas** importantes:

- *e-mail*: meio de comunicação assíncrono e individual;
- fórum de discussão: meio de comunicação assíncrono que permite a troca de mensagens encadeadas visíveis para todo o grupo. Por intermédio dele os alunos enviam seus comentários e interagem, trocando ideias, com seus colegas, monitores, tutores e professores, podendo fazê-lo em tempos diferentes e lugares diferentes;
- *chat* ou bate-papo: meio de comunicação síncrono em que as pessoas conectadas à Internet ao mesmo tempo, mas cada uma de seu próprio computador, podem trocar mensagens instantâneas.

As mensagens trocadas por essas ferramentas são geralmente em forma textual, mas também é possível a transmissão de som ou ainda som e vídeo, isto é, qualquer pessoa equipada com um microfone e uma câmera digital pode transmitir sua mensagem em formato de som e imagem digital.

Há um AVEA desenhado para o seu curso, onde você vai encontrar muitos recursos que contribuem para a sua formação, materiais em formato digital (como textos, animações, atividades *on-line*, vídeos), ferramentas de comunicação (como fóruns, *chats* e *e-mails*), atividades do curso (como jogos, comentários, exercícios) etc. De fato, o AVEA vai organizar e sistematizar todo o processo de ensino-aprendizagem do curso, articulando as outras mídias e registrando as trocas que ocorrerem. Será, portanto, imprescindível que você acompanhe, regularmente, o que acontece lá.

Outros recursos disponíveis na Internet estão ao seu alcance, não apenas para a cooperação e a interação entre profissionais da educação, mas também para ampliar as suas formas de comunicação com a comunidade em que você atua.

Conhecer os recursos tecnológicos e buscar apropriar-se deles para a sua prática na escola será um desafio constante que terá um acompanhamento inicial durante o curso, mas que seguirá com você. É importante salientarmos que não existe uma tecnologia certa ou errada para EaD. Cada mídia tem seus pontos positivos



e negativos, e o melhor é buscar uma combinação diversificada, orientada pelos objetivos educativos a serem atingidos.

*Sem dúvida, é a tecnologia que está ajudando a mudar esses processos pedagógicos, mas não se pode esquecer que, no fim, tudo depende do ser humano que a utiliza (SILVIO, 2000). E não se pode esquecer também que, embora as referências de espaço e tempo já não constituam uma condição para planejar uma ação educativa, ou que as últimas propostas formativas se apoiem em modelos de formação distantes da lógica sequencial própria do discurso educativo tradicional, continua se tratando de ações de EaD, já que, definitivamente, está se desenvolvendo um sistema tecnológico de comunicação bidirecional e multidirecional, baseado na ação sistemática e conjunta de recursos didáticos e de apoio de uma organização e de uma tutoria que, separados fisicamente dos estudantes, propiciam a eles um aprendizado independente e cooperativo (GARCÍA ARETIO, 2010, p. 17).*

A integração de mídias diferentes proporciona flexibilidade e diversidade didático-pedagógica e dispõe de variadas formas de aprender ao estudante. Essa variedade é importante para o estudante autônomo que se apropria dos instrumentos e os utiliza de forma crítica e criativa da maneira que lhe for mais conveniente. No caso de formação de professores, o uso qualitativo destas mídias amplia e enriquece a aplicação delas, que podem transcender o uso como instrumento de aprendizagem, para o uso como ferramenta de ensino.

## A Organização do Estudo





## 7. A Organização do Estudo

É importante chamar a atenção para outro grande diferencial da EaD em relação ao ensino presencial tradicional: o dos diversos novos atores do processo de ensino-aprendizagem. No ensino presencial, entre o saber e o estudante há apenas o professor, que media a relação entre o aluno e o conhecimento que este quer construir. Já na EaD há muitos outros envolvidos, cada um com um papel diferente e novo no processo de ensino-aprendizagem, sejam eles professores, tutores, monitores, alunos...

A principal característica da docência na EaD é a transformação do professor, de uma entidade individual em uma entidade coletiva (BELLONI, 2001). Usamos esse conceito para entender que não se trata mais de uma única pessoa responsável pelo ensino, mas uma equipe de educadores (autores, desenhistas instrucionais, professores tutores, monitores, coordenadores locais) que em conjunto vão se responsabilizar pela ação pedagógica necessária para o desenvolvimento das diversas etapas do curso na modalidade a distância (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2008).

São todos docentes, assumindo papéis específicos. Mesmo se tratando de um grupo, essa equipe também não detém o papel central de portadora exclusiva do conhecimento e de transmissora de conteúdos. Ela planeja e desenvolve atividades de ensino e aprendizagem que devem, antes de ensinar, promover a aprendizagem através da autonomia, interação e cooperação. Essa equipe também acompanha a aprendizagem autônoma do estudante através da comunicação mediada pelos recursos dos meios tecnológicos.

Já vimos uma mudança significativa para a equipe docente. Porém, o que muda para você, cursista?

O principal seria deixar para trás a costumeira postura passiva e assumir o papel de sujeito do processo de ensino-aprendizagem. Para que isso seja possível, é preciso:

- conhecer as novas ferramentas de comunicação e as bases nas quais acontecerão as práticas de ensino e aprendizagem;
- buscar uma apropriação crítica das novas ferramentas tecnológicas, isto é, ultrapassar o domínio instrumental para um uso crítico e criativo nas atividades de ensino e aprendizagem;
- ser ativo, abandonar o papel de consumidor/receptor passivo de conteúdos para o de sujeito ativo na construção coletiva do conhecimento;
- organizar e planejar cuidadosamente o estudo de modo a preparar as condições necessárias para a aprendizagem. Tirar o máximo proveito das oportunidades disponibilizadas pelas propostas de ensino apresentadas.

Contudo, é fundamental a sua disposição a aprender como aprender a distância. Alguns aspectos importantes foram citados por Quartiero et al. (2005), baseados no livro “Técnicas para estudar com sucesso”, de Andrew Northedge (1998), e trazemos a seguir.

Primeiramente, precisamos reconhecer que diversos fatores, como o ambiente físico, cognitivo, afetivo, cultural e socioeconômico influenciam o nosso modo de aprender. Por isso, é preciso entender como eles nos afetam, identificar nossos hábitos, conhecer nossos próprios limites. Ao nos conhecermos melhor, poderemos organizar estratégias de estudo mais eficazes para as características da nossa própria individualidade.

As informações podem assumir diversos formatos, podem aparecer como textos, sons, gráficos, figuras, desenhos. No nosso curso, os conteúdos são apresentados em texto escrito, em áudio, em vídeo, em animações e estão disponíveis através do DVD ou do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA).

Diante de tantas alternativas, é possível desenvolver diferentes estratégias de aprendizagem para lidar com a informação de diferentes

maneiras, o que cria maiores possibilidades de sucesso na aprendizagem. Essas escolhas são feitas pelo estudante autônomo, que tem como desafio descobrir seu estilo de aprendizagem para organizar seus estudos. Nós nos inspiramos nas orientações apresentadas pelas autoras (QUARTIERO et al., 2005) para relacionar abaixo algumas dicas que podem ajudar na sua organização e no seu planejamento.

### 1. Organize seu tempo de estudo.

O tempo parece escasso para todos. Já temos muitos compromissos particulares e profissionais fora do curso e precisamos planejar nossas atividades para que não falte tempo para nada. Muitas vezes não há alternativa, temos que fazer escolhas difíceis a respeito das nossas prioridades. A pergunta aqui é: qual o espaço deste curso na minha vida? A escolha por uma formação requer também garantir tempo adequado para leituras, resolução de atividades, acesso ao ambiente, conversa com colegas, participação em encontros presenciais. Será preciso administrar bem o seu tempo.

É aconselhável que você organize um quadro de horários semanal, distribuindo o seu tempo entre seus compromissos familiares (levar as crianças à escola, preparar o almoço, pagar as contas), profissionais (cumprir horários, preparar aulas, participar de reuniões nas escolas, fazer serões no final de semana) e de lazer (dedicar-se a algum esporte, visitar amigos, ir ao cinema). Todos eles são importantes e não podem ser desconsiderados.

Também seria interessante planejar os compromissos em uma agenda que contemple o calendário de todas as atividades do curso. Durante a formação, há diversos eventos já agendados, como encontros presenciais, aulas por videoconferência, debates nos fóruns de discussão, trabalhos de pesquisa e colaboração e avaliações, além de outras atividades não agendadas que você deve realizar sozinho ou em grupos de estudo. Planeje com antecedência o tempo que irá dedicar a cada uma dessas atividades e procure cumprir sua programação. Evite adiar. O hábito de deixar as tarefas para depois, associado ao fato de que já não há alguém por perto para lembrá-lo dos seus deveres, costuma ser o pior inimigo do estudante a distância.

AGENDA SEMANAL 							
Horas	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
6:00 - 7:00							
7:00 - 8:00							
9:00 - 10:00							
10:00 - 11:00							
11:00 - 12:00							
12:00 - 13:00							
13:00 - 14:00							
14:00 - 15:00							
15:00 - 16:00							
16:00 - 17:00							
17:00 - 18:00							
18:00 - 19:00							
19:00 - 20:00							
20:00 - 21:00							
21:00 - 22:00							
22:00 - 23:00							

Em alguns momentos você pode achar que são muitas as tarefas e que não está conseguindo produzir bem no tempo que destina aos estudos. Aproveite esses momentos para refletir e adequar sua agenda ao seu estilo de aprendizagem. Quais as horas do dia em que você consegue estar mais descansado? Em que momento do dia você tem maior concentração? Procure reservar esses momentos para leitura e reflexão de conteúdos. Deixe os momentos mais curtos e de maior distração para conferir sua caixa de mensagens, responder tarefas menos reflexivas, participar de debates.

Outra dica é concentrar-se em uma tarefa por vez. Subimos uma escada avançando um degrau após o outro... Para evitar a frustração, procure ir se conhecendo cada vez mais para saber o tempo que você gasta para cumprir as tarefas, evitando planejamentos impossíveis de serem realizados.

## AGENDA SEMESTRAL



Meses	Dia/Atividade
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	



## 2. Mantenha uma rotina.

Para o estudante autônomo, é preciso conhecer bem suas próprias qualidades e limitações. Descobrir quais as condições necessárias para os seus estudos como, por exemplo, se você precisa de um café para “entrar no clima” ou desligar seu celular, deixando-o receber os recados das chamadas não atendidas. Refletir sobre nossos hábitos nos dá pistas de como podemos organizar uma rotina de estudo que seja mais fácil de cumprir.

Trata-se mesmo de estabelecer um ritual. No ensino presencial já o adotamos sem perceber. Desde o momento em que pegamos nossos livros e cadernos e nos dirigimos à sala de aula já começamos a nos preparar psicologicamente para estudar. Ao chegar à sala, sentamo-nos, organizamos nosso lugar de estudo, esperamos o momento do encontro com o professor. Enquanto temos aula, tratamos dos conteúdos da disciplina, evitamos outras atividades não associadas ao estudo, ficamos constrangidos em colocar a foca em dia com amigos durante a aula.

Na modalidade a distância é a mesma coisa. Porém, é mais difícil, principalmente porque muitas vezes estamos sozinhos, não há ninguém para nos observar ou chamar a atenção se descuidarmos de alguma coisa. Depende apenas de nós. Por isso, uma chave de sucesso tem sido a criação de rotinas. É necessário organizar um horário e respeitá-lo. Manter cotidianamente rituais de estudo costuma ajudar bastante!

## 3. Destine um local apropriado para estudar.

Procure reservar um lugar adequado para seus estudos, um canto especial para você, um ambiente iluminado e arejado, em que você tenha tranquilidade para se concentrar, e que possa isolar do movimento que permanece no ambiente. Mantenha canetas em mãos, blocos de anotação, seu caderno de estudos. Se possível, um lugar que você possa começar uma atividade e voltar a ela posteriormente sem misturá-la com as suas outras atividades domésticas.

Tenha como hábito a organização de seu material, procurando arquivar suas anotações, leituras complementares, qualquer coisa relativa aos conteúdos. Um arquivo organizado poderá ser útil sempre que você precisar recorrer a essas informações no futuro, durante o curso e também depois dele na sua prática na escola.

#### 4. Crie e mantenha um grupo de estudo.

Existe um mito de que em um curso na modalidade a distância os alunos aprendem sozinhos, sem a ajuda de ninguém. A reflexão individual sobre os conteúdos é fundamental, mas ela ganha sentido na cooperação e na interação, como falamos anteriormente.

Estudar de forma colaborativa amplia suas possibilidades de compreensão, alimenta a formação de uma comunidade de aprendizagem, que por sua vez é o espaço adequado para que as trocas e a produção coletiva de significados aconteçam. Os módulos são planejados propondo espaços de interação social. Os encontros presenciais visam a criar e reforçar esses vínculos. Participe desses momentos de encontro.

Manter o contato pela Internet também ajuda. Propicia a sua formação continuada através da confirmação do conhecimento, a construção coletiva de saberes, a coesão do grupo para além do momento de realização deste curso. Procure tirar o máximo proveito desses espaços e crie outros. Lembre-se de que as ferramentas de comunicação estão disponíveis para aproximar as pessoas, mas depende de cada um utilizá-las com esses objetivos.

#### 5. Frequente os encontros presenciais e o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA).

O nosso curso prevê que uma parte da carga horária obrigatória seja realizada presencialmente. Uma estrutura física adequada será montada para esses eventos. Lá, você se sentirá parte de uma turma, vai encontrar seus colegas e seu tutor, vai ter o apoio presencial de que precisa. Será a estrutura mais próxima daquilo que temos como referência no ensino presencial, então, procure fazer uma transição gradual entre as modalidades, aproveitando aquilo que cada uma tem de melhor.

É certo que cada recurso tecnológico traz, desde a sua invenção, restrições e potencialidades. O primeiro passo para uma apropriação crítica das TIC, não apenas no curso como também no seu trabalho posterior na escola, é conhecê-las do ponto de vista instrumental, mas também do ponto de vista de um uso crítico e criativo. É necessário saber as suas limitações assim como as suas potencialidades de modo a poder fazer escolhas determinadas por

seus objetivos iniciais que independem do recurso tecnológico. Faremos este percurso através dos recursos de comunicação disponíveis no curso, lembrando que eles não representam a totalidade das TIC, mas o seu passo inicial nessa aproximação.

## RESUMO

A sociedade tem passado por mudanças profundas que são promovidas pela penetração das inovações tecnológicas em todos os contextos da vida das pessoas. Um pensamento comum é o de que não há alternativa senão a absorção rápida, e muitas vezes irrefletida, das novas tecnologias. De outro lado, como uma forma de resistência, há a negação do uso das tecnologias como se elas não fossem produtos sociais. O perigo que reside aí é o de retirar do homem o papel de protagonista, isto é, de não compreender que o sujeito pode dominar e apropriar-se crítica e criativamente das tecnologias para atender aos seus próprios objetivos, humanos e sociais.

No campo da educação, a chegada da tecnologia nos processos educativos quebra paradigmas e provoca transformações que deixam em aberto um caminho por construir. O uso das TIC na educação pode se limitar ao aprendizado da ferramenta como mais uma aptidão necessária para o mercado de trabalho. Pode, também, transcender esse aspecto e promover um conhecimento sobre os meios (suas mensagens, suas intenções por trás das mensagens) e dos meios (as “regras da arte”, isto é, os aspectos operacionais) que permitirá um uso crítico e, principalmente, um uso como meio de emancipação. Esta é a proposta da mídia-educação.

Em uma perspectiva de democratizar o acesso ao ensino, o governo brasileiro tem investido na educação a distância. Essa modalidade de ensino se caracteriza pela:

- separação temporal e espacial entre professores e alunos, e entre o ensino e a aprendizagem;
- mediação comunicativa por meio de novos recursos tecnológicos;
- autonomia do aluno, que controla o processo de ensino–aprendizagem.

Uma mudança significativa para a educação na modalidade a distância está no papel do aluno, que deve deixar de ser o receptor passivo de conteúdos para assumir seu lugar como agente, ativo, da sua aprendizagem. Algumas orientações para aprender a aprender a distância são organizar o tempo de estudo, manter uma rotina, destinar um local apropriado para estudar, criar e manter um grupo de estudo e frequentar os encontros presenciais.

Apesar de a tecnologia não definir a qualidade da educação que se realiza através dela, a potencialidade do recurso tecnológico, principalmente nas condições e nas formas de comunicação que suporta, pode apresentar limitações. Se no passado os recursos disponíveis viabilizavam apenas uma comunicação unidirecional que se prestava bem a um ensino transmissivo, hoje temos à disposição ferramentas tecnológicas de comunicação bidirecional que possibilitam uma educação baseada na interação e na cooperação. Seria preciso, então, enfatizar os recursos tecnológicos para promover espaços de interação comunicativa e social de modo a viabilizar uma aprendizagem significativa.

Diversas mídias e muitos recursos tecnológicos estão disponíveis atualmente tanto para oportunizar propostas de formação como esta como também para potencializar o trabalho posterior dos indivíduos. Material impresso, áudio, vídeo, rádio, televisão, videoconferência, ambientes virtuais de aprendizagem podem ser apropriados durante o curso e após o seu final para facilitar e melhorar a sua atuação profissional.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BELLONI, Maria Luiza. Crianças e Mídias no Brasil: Cenários de Mudança. São Paulo: Papyrus, 2010.

\_\_\_\_\_. Infância, Máquinas e Violência. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 575-598, maio/ago, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. Educação a distância. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001a.

\_\_\_\_\_. Tecnologia e formação de professores: Rumo a uma pedagogia pós-moderna? Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. O que é Mídia-educação. Campinas: Autores Associados, 2001b.

BELLONI, Maria Luiza (Org.). A formação na sociedade do espetáculo. São Paulo: Loyola, 2002.

BELLONI, Maria Luiza; GOMES, Nilza. Infâncias, Mídias e Aprendizagem: autodidaxia e colaboração. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, p. 717-746, out. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso: 3 fev. 2010.

BELLONI, Maria Luiza; BÉVORT, Evelyne. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRASIL. Lei Federal n. 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 20 dez.1996. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação a distância. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=153&Itemid=290>>. Acesso em: 27 nov. 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CES n. 01/01 de 03 de Abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 abril 2001.

BRASIL. Decreto Federal n. 6.303. 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de qualidade para educação superior a distância. Brasília, 2007c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/referenciaisqualidadeead.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

BRASIL. Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse estatística da educação superior: censo 2001**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução CD/FNDE no. 26 de 5 de junho de 2009. Disponível em: [http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao\\_fnde\\_n26.pdf](http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao_fnde_n26.pdf). Acesso em: 28 set. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 5.800 de 8 de junho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em: 28 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 318, de 02 de abril de 2009. **Diário Oficial da União** nº 64 – 03/04/2009 (sexta-feira), Seção 1, pág. 13.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. DECRETO nº 2.668, DE 13 DE JULHO DE 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2668.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2668.htm)>. Acesso em: 03 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fórum das estatais pela educação: diálogo para a cidadania e inclusão**. Brasília (2004c). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/texto.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

BUCKINGHAM, D. *After the death of childhood*. Cambridge: Polity Press, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAVELUCCI, Lia. **Estilos de aprendizagem: em busca das diferenças individuais**. Disponível em <[http://ead.unicamp.br/~renata/trabalho\\_pesquisa](http://ead.unicamp.br/~renata/trabalho_pesquisa)>. Acesso: 20 ago. 2004.

CEPAL. **Instrumentos para el financiamiento de la Sociedad de la Información: Un marco de referencia para la definición de**

políticas. Documentos de proyectos, DDPE. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2005a.

CEPAL. **Políticas públicas para el desarrollo de sociedades de información en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2005b.

CEPAL. **Informe de la segunda reunión de la Conferencia Estadística de las Américas (CEA) de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003a. Disponível em: <[www.eclac.cl/deype/ceacepal/documentos/lcl1939e.pdf](http://www.eclac.cl/deype/ceacepal/documentos/lcl1939e.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2009.

CEPAL. **Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2003b. Disponível em: <[www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloProductivo/1/LCG2195Rev1P/lcg2195e2.pdf](http://www.eclac.cl/publicaciones/DesarrolloProductivo/1/LCG2195Rev1P/lcg2195e2.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2009.

CERNY, R. Z.; QUARTIERO, E. M.. Políticas Públicas que Permiten a Emergência e a Consolidação da EaD no Brasil: da LDB a UAB. In: X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2009, Bragança. **Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**. Bragança : Instituto Politécnico de Bragança, 2009.

6. FACUNDO, A. **La educación superior virtual en Colombia**. Bogotá: UNESCO/IESALC, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educación virtual en América Latina y el Caribe: características y tendencias**. Venezuela: IESALC-UNESCO, 2002.

GARCÍA ARETIO, Lorenzo. **La educación a distancia**. De la teoría a la práctica. Barcelona: Ariel, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educación a distancia hoy**. Madrid: UNED, 1994.

GARCÍA ARETIO, L. (Coord.); RUÍZ CORBELLA, M.; QUINTANAL DÍAZ, J.; GARCÍA BLANCO, M.; GARCÍA PÉREZ, M. **Concepción y Tendencias de la Educación a Distancia en América Latina**. Madrid: OEI, 2010.

GARCÍA ARETIO, L., RUIZ CORBELLA, M. Y DOMÍNGUEZ FIGAREDO, D. **De la educación a distancia a la formación virtual**. Barcelona: Ariel, 2007.

GATES, Bill. A estrada do futuro. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 347 p.

HILTZ, S.; TUROFF, M. Network nation. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse estatística da educação superior: censo 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 27/08/2008.>

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LAPA, Andrea Brandão . A ação dialógica na Educação a Distância. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 4, p. 4, 2007.

\_\_\_\_\_. A formação crítica do sujeito na educação a distância: a contribuição de uma análise sócio-espacial. 2005. 302 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LAPA, Andrea e BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância como mídia-educação. In: CERNY e LAPA (org.) Educação a distância na formação de professores. Revista Perspectiva, v. 30 n. 1 (2012) p. 175-196. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n1p175>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Introdução à educação a distância. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2010.

LAPA, Andrea; PRETTO, Nelson. Educação a distância e precarização do trabalho docente. Brasília: Em Aberto, v. 23, p. 79-97, 2010.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MENA, M., RODRÍGUEZ, L. Y DIEZ, L. El diseño de proyectos de educación a distancia. Buenos Aires: Stella / La Crujía, 2005.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro,



ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran>>. Acesso em: ago. 2007.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

QUARTIERO, Elisa Maria; CATAPAN, Araci Hack; GOMES, Nilza Godoy; CERNY, Roseli Zen. *Introdução à Educação a Distância*. Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2005.

RAMAL, Andrea Cecília. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVEIRA, Maria Helena; RAJ, Paulo Pavarini. *Formação do professor e a educação a distância: do impresso às redes eletrônicas. TV na escola e os desafios de hoje: Curso de extensão para professores do ensino fundamental e médio da rede pública*. Uni-Rede e Seed/MEC/Coordenação de Leda Fiorentini e Vânia Lúcia Carneiro. Brasília: Ed. UnB, 2003.

SILVIO, Jose. *Las comunidades virtuales como conductoras del aprendizaje permanente*. Caracas: Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC), 2000a. Disponível em: <[www.impactalliance.org/ev02.php?ID=11192\\_201&ID2=DO\\_TOPIC](http://www.impactalliance.org/ev02.php?ID=11192_201&ID2=DO_TOPIC)>. Acesso em: jun. 2009.

SILVIO, Jose. *La virtualización de la Universidad: ¿cómo podemos transformar la educación superior con la tecnología?* Caracas: IESALC-UNESCO, 2000b.

SUMNER, Jennifer. *Serving the system: a critical theory of distance education*. Maidenhead, UK: Open Learning, v. 15, n. 3, November, p. 267-285, 2000.

UNESCO. *Aprendizaje abierto y a distancia. Perspectivas y consideraciones políticas*. París: UNESCO, 1997.

UNESCO. *Aprendizaje Abierto y a Distancia. Consideraciones sobre tendencias, políticas y estrategias*. París: UNESCO, 2002.

VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA



Ministério da  
Educação

